UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

FACULDADE DE COMUNICAÇÃO

DEPARTAMENTO DE JORNALISMO

Eder Rodrigues Monteiro

TRANSFORMAÇÕES E CONTINUIDADES SOCIAIS A PARTIR DAS PÁGINAS DO JORNAL “O TRECHEIRO”

Brasília

2021

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

FACULDADE DE COMUNICAÇÃO

DEPARTAMENTO DE JORNALISMO

Eder Rodrigues Monteiro

TRANSFORMAÇÕES E CONTINUIDADES SOCIAIS A PARTIR DAS PÁGINAS DO JORNAL “O TRECHEIRO”

Monografia apresentada à Faculdade de Comunicação como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Jornalismo pela Universidade de Brasília, sob orientação do Prof. Dr. Zanei Ramos Barcellos.

Brasília

2021

TRANSFORMAÇÕES E CONTINUIDADES SOCIAIS A PARTIR DAS PÁGINAS DO JORNAL “O TRECHEIRO”

EDER RODRIGUES MONTEIRO

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof. Dr. Zanei Ramos Barcellos
Orientador

_____

Profa. Dra. Ana Carolina Kalume Maranhão
Avaliadora

_____

Profa. Dra. Rafiza Luziani Varão Ribeiro Carvalho
Avaliadora

_____

Prof. Dr. David Renault da Silva
Avaliador suplente

Brasília

2021

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Criador do Universo, que permitiu que todas minhas realizações fossem possíveis, ao longo de minha vida, e não somente nestes anos como estudante universitário; mas que em todos os momentos foi e é o maior mestre que alguém pode conhecer.

Sou grato aos meus pais por sempre me incentivarem e acreditarem que eu seria capaz de superar os obstáculos que a vida me apresentou, em todos os momentos.

Aos meus professores da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, por todos os conselhos, pela ajuda e pela paciência com a qual guiaram o meu processo de aprendizado; em especial o orientador deste trabalho pelo grande incentivo e pela dedicação do seu valioso tempo ao meu projeto de pesquisa.

DEDICATÓRIA

À Maria Auxiliadora, Priscila Machado da Silva, Antônio Odilon dos Santos, Benedito Souza, Cosme Rodrigues Machado, Givanildo Amaro da Silva, e todas e todos que tiveram suas vidas ceifadas pela violência perpetrada contra cidadãos em situação de rua no Brasil.

“Há uma grande crise humanitária, não sei se a maior da história. Pelo menos da história contemporânea é uma das maiores. Há muita gente que não tem como garantir o básico para sobreviver, como o transporte. Diariamente eu ouço pessoas desesperadas que precisam se locomover pela cidade, seja por motivos de saúde, ou para procurar trabalho e não conseguem. Nós vivemos uma crise humanitária nas ocupações, nas favelas, nas habitações coletivas, com a população de rua... Nós temos publicado esses vídeos [nas redes sociais] que mostram, de forma bastante clara, a necessidade e a penúria que essas pessoas vivem, na questão de higiene, saúde e falta de acesso a instalações sanitárias.”

(Pe. Júlio Lancelotti, 18 de abril de 2021.)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal realizar um levantamento das transformações de ordem socioeconômica das condições de vida de cidadãos em situação de rua a partir da análise de notícias veiculadas na capa no jornal impresso “O Trecheiro” entre os anos 2000 e 2008 tendo como referencial o episódio conhecido como “Massacre da Sé”, em 2004. O estudo realiza uma análise quali-quantitativa das reportagens de capa envolvendo as ações do poder público, no atendimento às demandas deste segmento em vulnerabilidade social, e na análise das continuidades e de transformações no sentido da melhoria das condições de vida da população em situação de rua, verifica não apenas a continuidade do descompromisso do poder público, como também o aumento dos atos de violência contra cidadãos que sobrevivem nas ruas de São Paulo.

Palavras-chave: 1. Jornalismo, 2. imprensa alternativa, 3. *street-papers*, 4. situação de rua.

ABSTRACT

The main objective of this work is to carry out a survey of the socioeconomic changes in the living conditions of citizens living on the streets, based on the analysis of news published on the cover in the printed newspaper “O Trecheiro” between the years 2000 and 2008, having as reference the episode known as “Massacre da Sé”, in 2004. The study performs a qualitative and quantitative analysis of the cover stories involving the actions of the government, in meeting the demands of this segment in social vulnerability, and in the analysis of the continuities and transformations in the In the sense of improving the living conditions of the homeless population, there is not only the continued lack of commitment by the public authorities, but also an increase in acts of violence against citizens who survive on the streets of São Paulo.

Keywords: 1. Journalism, 2. alternative press, 3. street-papers, 4. street situation.

Sumário

1. Introdução 10

2. Pergunta De Pesquisa 12

2.1 Objetivo geral 12

2.2 Objetivos específicos 12

3. Justificativa 12

4. Revisão Teórica 14

5. Procedimentos Metodológicos e apresentação da pesquisa empírica 21

5.1. Pré-Teste 25

5.1.1 Coleta de Dados: 26

5.1.2 Tratamento dos dados: 26

5.1.3 Análise dos dados do Pré-Teste: 27

5.1.4 Conclusões do Pré-Teste: 28

6. Pesquisa – Primeira Parte – janeiro de 2000 a julho de 2004 29

6.1 Pesquisa – Segunda Parte – agosto de 2004 a julho de 2008 44

7. Análise Geral da pesquisa empírica 65

8. Considerações Finais 69

Referências Bibliográficas 72

1. Introdução

Esta pesquisa é o resultado de uma análise das reportagens de capa do jornal denominado “O Trecheiro”, que levou em consideração as edições no período entre os anos de 2000 e 2008, especificamente em matérias onde está a atuação do poder público municipal da cidade de São Paulo no que diz respeito ao atendimento da população em situação de rua da capital paulista, observando também as consequências no cotidiano destas pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Embora a denominação do jornal esteja mais associada ao contexto dos cidadãos marginalizados das grandes cidades relacionado ao cidadão sem-teto que migra de maneira regular entre cidades e estados, e mesmo por países, a finalidade do jornal se destina principalmente aos cidadãos que pernoitam e vivem nas ruas da cidade de São Paulo. Como consta na página inicial da Rede Rua, organização não-governamental que entre outras atribuições edita e publica o jornal, o jornal O Trecheiro foi impresso e colocado em circulação pela primeira vez no mês de agosto de 1991. Suas páginas da primeira edição trouxeram os fatos que diziam respeito à população de rua da região central de São Paulo naquele período.

Ao longo dos anos, com o apoio de entidades do terceiro setor e religiosas, como a Pastoral do Povo da Rua da Arquidiocese de São Paulo, foi possível viabilizar a impressão em papel jornal, mas mantendo a sua gratuidade, diferentemente de outras publicações semelhantes com finalidades de público leitor final comuns; no caso, pessoas em situação de rua. Entre todos os temas que uma publicação com essas características pode e deve abordar para o seu público-alvo, um dos principais é denunciar violações de direitos humanos cometidos contra os cidadãos e cidadãs que se encontram em tal situação de vulnerabilidade social.

Neste ponto, um fato que marcou época não apenas no sentido do desamparo social ao qual estavam submetidos, mas também à impunidade que se seguiu foi o episódio conhecido como “Chacina da Sé” ou “Massacre da Sé”.

Na madrugada do dia 18 de agosto de 2004, um grupo de pessoas que dormiam nas escadarias da Catedral da Sé, centro de São Paulo, foram surpreendidas com disparos de armas de fogo. Sete pessoas morreram, sendo duas no momento do ataque, quatro no hospital, seis moradores de rua feridos gravemente e com sequelas. Em 22 de agosto, houve novo ataque, quando cinco desabrigados foram agredidos da mesma maneira que os anteriores e um morreu na hora. Na época, foi preso um segurança particular, denunciados seis policiais militares, três

soldados foram presos, porém foram soltos por falta de provas. Diante destes fatos que chocaram não apenas os moradores de rua de São Paulo, mas boa parte da opinião pública, temos uma questão que merece e precisa ser abordada e estudada em detalhes.

A questão da população de rua na maior cidade do país não apenas reflete as desigualdades socioeconômicas existentes no país como a sua quantidade também é um parâmetro que ajuda a compreender como esse fenômeno mostra a efetividade das políticas públicas para esse segmento. Dados da Prefeitura de São Paulo mostram o aumento tanto do número de pessoas em situação de rua que são acolhidos nos albergues mantidos pelo poder público quanto de pessoas que vivem nas ruas, na maioria dos casos por não conseguirem vagas tanto de permanência quanto vagas de pernoite:

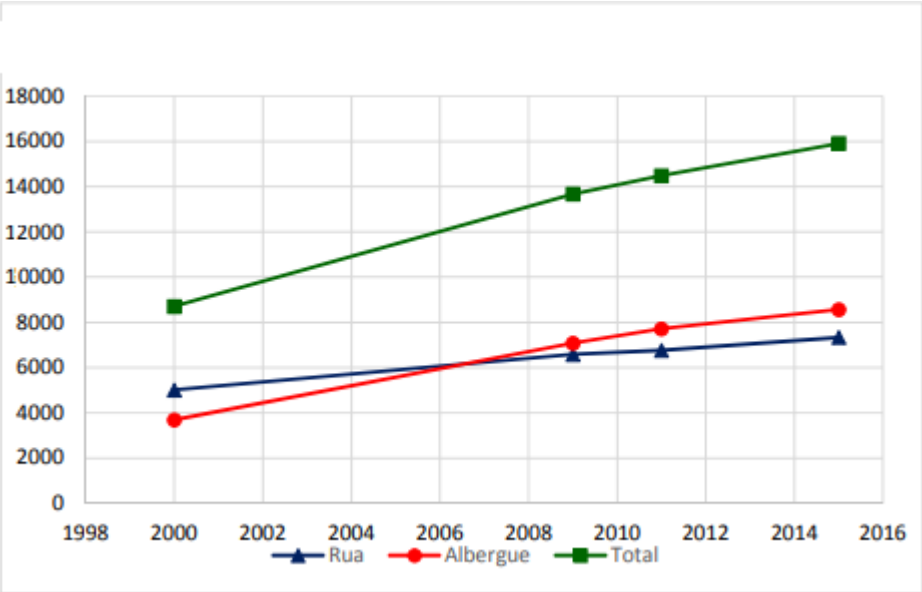


Gráfico 1: Números totais de pessoas em situação de rua, acolhidos e desabrigados (Prefeitura de São Paulo/2015)

O levantamento mais recente do ponto de vista quantitativo foi realizado em 2019 e publicado no ano seguinte mostra a dimensão da questão da população de rua: 24.344 pessoas estão em situação de rua na cidade de São Paulo. Destas, 11.693 estão acolhidas e 12.651 em logradouros públicos ou na rua. O penúltimo censo, que foi realizado em 2015, identificou 15.905 pessoas, conforme relatório publicado pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SÃO PAULO, 2015, p. 45), no documento disponível no Centro de Pesquisa e Memória Técnica (CPMT). Embora o gráfico mostre uma inversão na quantidade de moradores de rua recolhidos em albergues em relação aos moradores que se encontram nas

ruas, o eixo verde do gráfico mostra um aumento constante da quantidade total de pessoas em situação de rua.

Diante desta análise estatística, temos uma série de fatores que, combinados de maneiras múltiplas, contribuem para o agravamento deste quadro: o desemprego, o subemprego, a dependência química, a violência doméstica, a discriminação de gênero e de etnia, o não acesso à saúde, à educação, à habitação, entre tantas outras. É nesta realidade que o Jornal O Trecheiro surge e se apresenta como mecanismo de informação e transformação social desde a sua fundação, em 1991.

2. Pergunta De Pesquisa

O objetivo desta pesquisa é fornecer respostas a esta questão: Após o episódio que foi conhecido por “Massacre da Sé”, a partir da análise midiática e factual das reportagens de capa do jornal, houve avanços significativos na qualidade de vida das pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo no início do século XXI?

2.1 Objetivo Geral

Fazer um levantamento das continuidades e mudanças de ordem socioeconômica a respeito das condições de vida dos cidadãos em situação de rua, por parte do poder público, a partir da análise de notícias veiculadas na capa do jornal impresso O Trecheiro.

2.2 Objetivos Específicos

- Analisar a atuação tanto da Rede Rua, do jornal O Trecheiro e de entidades como o Movimento Municipal da População de Rua da cidade de São Paulo, principalmente após o ano de 2004 nas notícias veiculadas após o “Massacre da Sé”.
- Observar se o jornal “O Trecheiro” foi capaz, dentro das suas características midiáticas, de ser um produto de comunicação que desempenhou um papel decisivo no sentido de promover conquistas sociais para a população em situação de rua, na cidade de São Paulo.

3. Justificativa

Analisar uma das mais antigas propostas de *street-papers* ainda em atividade é de certa formas buscar compreender o contexto socioeconômico do país nos anos 90 do século passado até a atualidade, incluindo neste universo a questão do surgimento e da expansão das plataformas digitais, uma vez que os conteúdos das edições anteriores do jornal O Trecheiro

encontram-se disponíveis para consulta na página da Rede Rua, acessíveis através do submenu “Acervo Digital”, na opção “Jornal O Trecheiro” na sua página inicial. Por outro lado, é preciso analisar com bastante atenção os processos de surgimento e atuação das lideranças da população de rua em tomar iniciativas em prol do atendimento das necessidades primordiais da população que vive nas ruas da maior cidade do país.

Desta forma, surge a pergunta que se torna pertinente: O triste episódio do Massacre da Sé poderia ser evitado caso o Poder Público oferecesse vagas suficientes em albergues para todos que estivessem em condição de rua? Esse é apenas um dos muitos questionamentos levantados à época e que mostraram a necessidade não apenas do surgimento de movimentos populares compostos por pessoas em situação de rua como também a necessidade de atuação do jornal O Trecheiro em trazer de maneira mais incisiva as demandas da população em situação de rua, buscando articulação com entidades governamentais e do Terceiro Setor.

O Massacre da Sé mostrou a necessidade ainda maior de um meio de comunicação segmentado capaz de falar de maneira simples e direta o cotidiano das lutas, das ações e das conquistas em favor dos mais necessitados. Não que o periódico não efetuasse isso até o ano de 2004, mas a sua existência e a sua filosofia de gestão e diálogo bilateral com seu público-alvo, incluindo também segmentos como catadores de materiais recicláveis e trabalhadores sem-teto subempregados e autônomos que viviam e ainda vivem em condições precárias (invasões, cortiços, favelas etc.), que também tem acesso ao jornal, permitiu que a publicação se tornasse naturalmente um porta-voz do povo de rua de São Paulo.

Retornando para as questões que dizem respeito à existência do jornal e da sua importância para a população em situação de rua cabe lembrar que o direito à informação é, antes de tudo, um direito constitucional, bem como a liberdade de imprensa. Assim, vale destacar esta questão da seguinte forma:

> Os direitos humanos à comunicação e à informação estão direta ou indiretamente positivados no ordenamento nacional brasileiro, desde a constituição a normativos infraconstitucionais. Mas, como vimos, se a normatização é necessária, está longe de ser suficiente para assegurar o exercício desses direitos. O fundamento dos direitos humanos não está num pedaço de papel. Está na luta.” (SOUZA JÚNIOR *et al*, 2016, p.29 e 30).

No objeto de pesquisa, se tratando de um jornal impresso, o espaço da primeira página pode ser compreendido um espaço de vital importância para despertar, no leitor, o

interesse pela informação impressa, com todos os recursos textuais, de diagramação e de uso de recursos visuais, como “box” de texto em cores chamativas e o uso de fotos e gráficos justifica o recorte desta parte do jornal para estudo científico. Essa relevância, em outras palavras, pode ser explicada da seguinte forma:

> Capas de jornais e revistas constituem o primeiro contato desses meios de comunicação com o leitor. Não é demais dizer que é a primeira impressão que o leitor tem da mídia impressa e a primeira leitura que faz, servindo como um atrativo ou até mesmo um menu de informações, com as principais notícias daquela edição dispostas em chamadas, fotos, títulos, legendas e manchete. (CUNHA, 2019, p.100-101).

4. Revisão Teórica

Sobre os processos de pesquisa e classificação de meios de comunicação, uma problematização que deve ser abordada é quais são os parâmetros que definem o meio que está sendo estudado. No caso dos jornais impressos, há alguns tipos de classificação que definem os jornais. Para o meio que foi selecionado, há alguns conceitos que merecem ser estudados com cuidado, considerando os devidos aspectos que os diferenciam e que os assemelham.

Primeiramente é preciso compreender os conceitos que definem os meios alternativos de imprensa voltados para públicos específicos que, ou não tem acesso aos grandes meios (aqui, foi feita uma abordagem para jornais impressos), ou ainda que preferem ler as notícias de seu interesse e que não são abordados com regularidade na grande mídia impressa.

A primeira questão é diferenciar alguns conceitos sobre Comunicação que, embora compartilhem características comuns, possuem especificidades que devem ser delineadas. A questão-chave é diferenciar Comunicação Comunitária de Comunicação Alternativa. Neste ponto, sob a perspectiva acadêmica, são compreensíveis as complexidades em separar estes conceitos uma vez que eles são frutos de uma perspectiva histórica.

No artigo “Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço”, Cicilia Peruzzo faz algumas considerações importantes sobre essas convergências e como elas se diferenciam, ao afirmar que “Apesar da diversidade de formas de comunicação alternativa, é possível agrupá-las em duas grandes correntes que também têm seus desdobramentos: comunicação popular, alternativa e comunitária, e imprensa alternativa.” (PERUZZO, 2009, p. 133).

Esta mesma autora, no artigo “Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária”, apresenta a Comunicação Comunitária como uma derivação da Comunicação Popular, caracterizada a partir da observação que “o fato de se tratar de uma forma de expressão de segmentos excluídos da população, mas em processo de mobilização visando atingir seus interesses e suprir necessidades de sobrevivência e de participação política.” (PERUZZO, 2006, p. 2). Em outra direção, entende-se por Comunicação Alternativa uma comunicação livre, ou seja, que se pauta pela desvinculação de aparatos governamentais e empresariais de interesse comercial.

Contextualizando também com a questão do não-agendamento das questões da população de rua nos grandes veículos de comunicação (jornais de grande circulação, emissoras de rádio e tv e grandes portais de jornalismo na Internet), uma percepção importante é apresentada no livro “Jornalismo nas Margens” sobre Comunicação Alternativa: “É uma comunicação de resistência que vai se espalhando como um rastro de pólvora por todo o continente, fazendo frente a governos ditatoriais, ao poder instituído e à exclusão completa do pobre dos meios tradicionais de comunicação.” (TAVARES, 2004, p. 12).

Na obra “Jornalismo Solidário”, Beatriz Dornelles apresenta uma concepção em função de referências territoriais a respeito do jornalismo, onde afirma que “imprensa comunitária significa fazer um jornal voltado para a comunidade. E comunidade quer dizer os cidadãos de uma cidade [..] ou de um bairro, onde haja interação humana” (DORNELLES, 2006, p. 91). Mas, aqui, quando se trata de cidadãos em situação de rua, são na verdade os espaços públicos da cidade que servem duplamente de abrigo e de local de sobrevivência urbana.

Essa particularidade possibilita outras situações de proximidade entre o jornal e o leitor, por exemplo, pelo fato de moradores de rua enviarem textos autorais para serem publicados (como pequenos versos, resumos de histórias pessoais de vida e outros), o que fornece ao jornal O Trecheiro a característica de Jornalismo Alternativo, onde algumas pessoas tem a oportunidade de expressar ideias, sentimentos e vivências nas páginas do jornal, como reflexão do cotidiano da vida nas ruas, o que fornece mais uma característica deste tipo de jornal, como conceitua Cicilia Peruzzo, “Então, o que caracteriza o jornalismo como alternativo é o fato de representar uma opção enquanto fonte de informação, pelo conteúdo que oferece e pelo tipo de abordagem.” (PERUZZO, 2006, p. 8).

Mas para compreender estas teorias de comunicação a partir dos produtos comunicacionais derivados destas formas, os exemplos de Maria Alice Campagnoli Otre em sua

Tese de doutorado são valiosos neste sentido, como pode ser verificada no quadro a seguir, onde as convergências entre diferentes nomenclaturas especificam diferentes formas de comunicação além dos grandes grupos empresariais:

Quadro 01: Conceitos de Comunicação e características de cada uma na prática.

Comunicação popular e alternativa:	Processos diversos de comunicação (fanzine, jornal mural, vídeos) forjados, geralmente, com o apoio de um agente externo às classes populares (Igreja, movimentos populares, ONGs) e tendo como pano de fundo a questão da democratização da comunicação, do direito à voz e da crítica às desigualdades sociais.
Comunicação popular e comunitária	Geralmente circunscrita a uma localidade, ou a comunidades por afinidades, em que o foco está, para além do produto comunicacional, nos processos vivenciados por meio da participação horizontal, da produção à gestão; processos educomunicativos que ampliam o olhar daquela comunidade sobre o que está — extra-muro.
Comunicação popular, alternativa e comunitária:	Especificamente nesta tese, serviu para caracterizar pesquisas, geralmente de cunho teórico, que falavam de maneira ampla de uma comunicação transformadora e cidadã; ou de processos diversos de comunicação em comunidades periféricas, sendo, portanto, também entendido como um encontro de experiências alternativas e comunitárias de cunho popular em uma mesma localidade.
Jornalismo Popular Alternativo:	Menos amplo que a comunicação popular e alternativa, que pode envolver diversos processos que não apenas jornalísticos, consideramos como jornalismo popular e alternativo os processos jornalísticos forjados, geralmente, com o apoio de um agente externo às classes populares (Igreja, movimentos populares, ONGs), nas mesmas bases da comunicação popular e alternativa, no que diz respeito a temas, participação, postura ante aos grandes meios.

Fonte: OTRE, 2015, p. 103-104

Considerando que o jornal O Trecheiro desde sua primeira edição se propõe a ser um meio de divulgação das informações relevantes às pessoas em situação de rua e ao mesmo tempo ser também um canal de comunicação para dar lugar de fala para este mesmo público, noticiando fatos que em boa parte dos casos são relatados ou contextualizados pelas falas dos moradores de rua, logo ele assume também características de Jornalismo Comunitário além do Jornalismo Popular Alternativo, conforme exemplificado no quadro anterior e que se encaixa no perfil do jornal O Trecheiro. Ou seja, do ponto de vista prático reproduzindo concepções como explicada por José Marques de Melo, “uma imprensa só pode ser considerada comunitária quando se estrutura e funciona como meio de comunicação autêntico de uma comunidade. Isto significa dizer: produzido pela e para a comunidade.” (MELO, 2006, p. 126). No mundo real, a

análise de Cleofe Sequeira e Francisco Bicudo no artigo “Jornalismo Comunitário – Conceitos, Importância e Desafios Contemporâneos”, traz uma realidade que é vivenciada diariamente no processo de produção do jornal e das suas relações com o seu público:

> No jornalismo comunitário, o local é quem dá as cartas – ou melhor, as pautas. Ele assume com ênfase e sem constrangimentos o fato de procurar dar conta de uma área restrita e, nesse sentido, e em comparação com os chamados veículos da grande imprensa, não se importa em ser pequeno, de conversar com grupos limitados, em termos quantitativos. Essa, aliás, é vista como uma de suas grandes virtudes qualitativas, pois o fato de aproximar-se de seu público permite que dialogue com ele mais com profundidade e intensidade. Essa relação de proximidade, embora se manifeste essencialmente no plano geográfico – assuntos que estão mais perto da região onde vive a comunidade tendem a ter prioridade no noticiário –, pode também se revelar por meio daquilo que chamamos de “proximidade por demandas ou expectativas. (SEQUEIRA E BICUDO, 2007. p. 9).

O jornal O Trecheiro, por suas características, se enquadra em um tipo específico de publicações alternativas que são denominadas como *“street-papers”*. Essas publicações têm algumas singularidades em relação aos jornais tradicionais de caráter comercial. Os *street-papers* podem ser entendidos a partir da seguinte contextualização:

> Em meados da década de 90, surgiu no mundo os *street-papers*, uma nova proposta editorial para ajudar estas pessoas em situação de rua com baixa escolaridade e qualificação profissional. Esta mídia alternativa com características sociais tem mostrado ser, desde então, uma ferramenta poderosa para quem deseja sair das ruas, ou pelo menos, ficar menos dependente de ajudas assistencialistas e de caridade. Estas revistas ou jornais de rua abrem espaço para as vozes das pessoas em situação de risco social e por elas são vendidos. (ROZENDO, Suzana da Silva. 2012, p. 8).

A única particularidade do jornal O Trecheiro em relação aos outros *street-papers* impressos e distribuídos no mundo é a sua gratuidade: por ser um veículo de comunicação direcionado à população em situação de rua, o investimento para a sua composição e distribuição é custeado através da Rede Rua, por meio de contribuições e doações regulares que mantêm a periodicidade do jornal. Para entender melhor a dinâmica que mantém as atividades do periódico bem como a sua proposta social, temos a análise de Viviane de Melo Resende e Maria de Pilar Tobar Acosta: “À diferença de outros periódicos destinados à população em situação de rua (que realizam o modelo *street-papers*), O Trecheiro não tem como objetivo ser uma ferramenta econômica, tendo em vista que sua distribuição é gratuita.” (ACOSTA E RESENDE, 2015, p. 698).

Mesmo não sendo dotado de mecanismos de monetização frutos da venda e consequentemente de repasse de parte do valor diretamente para os distribuidores, característica comum dos *street-papers* ao redor do mundo, O Trecheiro caracteriza-se como tal, uma vez que

produtores de conteúdo coordenados no caso pela Rede Rua de Comunicação e leitores são os próprios moradores de rua. "...Os *street-papers* são revistas ou jornais que abrem espaço para as vozes das pessoas em situação de risco social e por elas são vendidos pelas cidades do mundo inteiro." (ROZENDO, 2011, p. 1).

A dinâmica social dos *street-papers* ocorre no processo de interação entre as organizações sociais que produzem uma determinada publicação e o seu público-alvo, como bem conceitua Júlio César Haddad, quando explica como as publicações desse tipo compreendem a si mesmas, no sentido de construção de uma identidade distinta, a partir das iniciativas no final dos anos 80 e início dos anos 90, em alguns países, e da sua finalidade social:

> Eles se autointitulam um movimento mundial de mídia independente de jornais ou revistas produzidos e/ou comercializados por *homeless*, cujo objetivo principal é servir como ferramenta de reintegração social dessa população em situação de rua. Portanto, o propósito dos street papers é servir como ferramenta de reinclusão social para a pessoa em situação de rua. (HADDAD, 2007, p. 39).

Publicações enquadradas como *street-papers*, desta forma, estão relacionados diretamente com a temática urbana e da vulnerabilidade social e da busca de mecanismos de promoção social. O leitor do jornal O Trecheiro, desta forma, se reconhece e reconhece também a sua própria condição, ao ler notícias sobre fatos que são comuns no seu cotidiano diário de sobrevivência: "A temática (do jornal) pode ser exclusivamente relacionada à situação de vulnerabilidade social experienciada por milhões de homens e mulheres em diversas partes do globo" (SANTOS, 2013, p.48).

As iniciativas midiáticas de comunicação alternativa e ao mesmo tempo com características de comunicação comunitária em um meio urbanizado são explicadas por Rosana Rozendo, ao afirmar: "Essas propostas constituem uma nova tendência na comunicação social, capaz de promover trocas de experiências entre os atores envolvidos no processo de sua elaboração" (ROZENDO, 2012, p. 1).

A característica singular do O Trecheiro é o fato de ser gratuito uma vez que, na prática, é produzido por colaboradores (cidadão em situação de rua, colaboradores pontuais e voluntários dispostos a auxiliar a causa), e busca informar de maneira direta ao público-alvo que, evidentemente, não tem condições financeiras de comprar a publicação.

Isso evidencia uma característica do jornalismo alternativo que O Trecheiro possui que é uma posição de independência e de comprometimento com o público ao qual pretende

informar, como delimita Dennis de Oliveira: “Estas características não têm como objetivo colocar o jornalismo alternativo em um patamar de ‘purismo’, mas sim em um lugar que o permita justamente cumprir este papel de fomentar um debate público não mediado por sociabilidades do consumo e nem tampouco pelos interesses imediatos de grupos institucionais.” (OLIVEIRA, 2019, p. 3). Aqui uma característica importante: o jornal é ao mesmo tempo o meio e uma instituição de luta e resistência (embora não seja a única), de defesa da população de rua contra arbitrariedades do poder público, por exemplo.

Entretanto, para que o jornal possa ser produzido e publicado, torna-se necessário empreender mecanismos que promovam o engajamento dos moradores de rua na sua elaboração. No cotidiano dos moradores de rua, é interessante compreender o conceito de *Protagonismo*, quando eles promovem as ações de divulgação dos fatos e decisões que afetam diretamente a sua sobrevivência e sua luta em buscar saídas para a condição desfavorável em que vivem.

Uma publicação que esteja nos moldes dos jornais tipificados como *street-papers* só se torna possível, na sua essência, sob a ótica da contribuição colaborativa. No caso do O Trecheiro, esses colaboradores são a própria população de rua que participa ativamente propondo temas, alertando sobre irregularidades, sugerindo ações e denunciando as próprias histórias de discriminação às quais estão sujeitos diariamente devido à sua condição. O jornal dá aos moradores de rua a condição de *protagonismo*, como descreve Tiago da Silva:

> Contrapor-se ao pressuposto de que as pessoas que vivem nas ou das ruas não cabem em rótulos essencializados que destacam os processos de perda, de afastamento, de algo que se desfaz, implica também levar em conta, com cautela, os outros sentidos expressos por práticas sociais só apreendidas em termos do protagonismo, fundamental à vivência nas ruas, a despeito das condições precárias de vida. (SILVA, 2010, p. 136).

A credibilidade que O Trecheiro passa a ter como uma espécie de porta-voz da população de rua, com seções e trechos com a participação direta dos mesmo seja publicando textos em verso e prosa, muitas vezes narrando fragmentos e sensações sobre a própria condição em que vivem ou de militantes que buscam alternativas que beneficiem toda uma classe, é construída ao longo do tempo e ocorre em paralelo com outras ações, principalmente a partir da formação do Movimento Municipal da População de Rua, resposta direta dos moradores de rua diante da barbárie do Massacre da Sé.

Por isso, na obra “Jornalismo e Emancipação”, Dennis de Oliveira ao realizar algumas reflexões acerca da função da prática jornalística como caminho para a emancipação e como

forma de expressão cultural, afirma que “um jornalismo emancipatório se faz, necessariamente, por um ponto de partida de criticidade do contexto vivido - só se pretende ser emancipatório se considerar o contexto vivido como opressor. E há uma posição tomada, que é a do oprimido.” (OLIVEIRA, 2017, p. 195).

Desta forma, a opressão vivida pelos moradores de rua da cidade de São Paulo, portanto, acaba encontrando nas páginas do jornal O Trecheiro uma alternativa em meio à toda forma de opressão e de segregação social à qual estão submetidos diariamente. E o jornal por sua vez efetua um papel social que vai além da sua missão de informar. Uma reflexão importante foi realizada por Alzira Abreu, a seguir:

> ...podemos lembrar que a prestação de serviços à população indica, de um lado, a existência de uma concepção de que o jornalista detém uma autoridade que lhe permite se apresentar como uma alternativa ao papel do Estado. De outro lado, ele passa a desempenhar o papel de representante político da população, mas sem mandato eletivo. O jornalismo cidadão deve ser entendido como um dos meios de o jornalista, na atualidade, preencher um papel de ativista político caracterizado pela defesa de valores como rejeição à corrupção, defesa dos direitos dos cidadãos, igualdade no tratamento e na aplicação das leis etc. (ABREU, Alzira Alves de, 2003, p.38)

Na prática, considerando o contexto em que o jornal O Trecheiro atua, um argumento que define o papel que o repórter deste jornal precisa executar no dia a dia, especificamente quando se vê diante das discussões e confrontos derivados das solicitações dos cidadãos em situação de rua aos órgãos governamentais, “o jornalista não executa simples técnicas de investigação e redação, mas desenvolve apurada e cuidadosa habilidade de ver o mundo [sentir-se com o mundo]” (IJUIM, 2009, p. 35). Ou seja: além da cobertura dos fatos, da coleta de informações e falas dos personagens da notícia, precisa também ter a percepção de mundo a partir da visão do leitor típico do jornal: aquele que, diante da própria condição de falta de recursos e de um abrigo digno, busca pelos fatos e acontecimentos publicados nas páginas dos jornais - o que em um meio impresso, demanda um planejamento minucioso de composição dos elementos jornalísticos de capa, para chamar a atenção do leitor - uma alternativa para sair da condição desfavorável e ser pleno na sua condição de cidadão.

Porém, cabe uma reflexão: o engajamento dos colaboradores do jornal nestas condições poderia realizar distorções ao mostrar os fatos e ser ético ao mesmo tempo? Poderia ser imparcial, mas de uma forma justificável considerando determinadas causas sociais, dando ênfase maior para algumas em detrimento de outras? Na obra “Jornalismo Cidadão - Informa ou Deforma?”, quando a autora Maria das Graças Targino caracteriza os tipos de valor-notícia de

seleção por critérios contextuais, define que o fator da Relevância é aquele em que “incorpora elementos determinantes na ação do jornalista como *gatekeeper* e exige conhecimento do público. Não basta reconhecer a relevância do evento *per se*.” (TARGINO, 2009, p. 159). Considera-se, evidentemente, o conceito de Felipe Pena para o termo *gatekeeper*, como “a pessoa que tem o poder de decidir de deixa passar a informação ou se a bloqueia” (PENA, 2005, p. 133).

Trazendo essa conceituação para o caso do O Trecheiro, a própria existência do jornal demanda uma organização comprometida com os interesses da população de rua (no caso a Rede Rua, uma organização da sociedade civil constituída com o intuito de promover o resgate dos elementos e fatores que possibilitam uma vida digna para a pessoa em situação de rua) e, obviamente, os editores e repórteres agem conscientemente cada um como *gatekeeper*, seja pautando questões de desassistência por parte dos órgãos de Serviço Social, seja denunciando abusos por parte de agentes de segurança pública contra moradores de rua.

Essas pautas na maioria dos casos são aquelas que aparecem nas primeiras páginas do jornal. Evidentemente que estes interesses devem se encontrar dentro dos limites éticos tanto da profissão como do exercício da cidadania, como é explicado por Rogério Christofoletti: “É claro que o jornalista também é um cidadão e possui valores morais e éticos como os de qualquer pessoa” (CHRISTOFOLETTI, 2008, p. 20).

5. Procedimentos Metodológicos e apresentação da pesquisa empírica

Para a proposta de pesquisa baseada no jornal O Trecheiro, conforme a definição descrita no tópico “Objetivo Geral”, realizou-se uma pesquisa quali-quantitativa. Para explicar este tipo de pesquisa, vamos usar o seguinte conceito de pesquisa qualitativa: “Os métodos qualitativos são aqueles nos quais é importante a interpretação por parte do pesquisador com suas opiniões sobre o fenômeno em estudo.” (PEREIRA *et al*, 2018, p. 67), através da leitura e análise das manchetes e reportagens de capa, ou de matérias com chamadas para outras páginas por meio de destaques de capa, para em seguida filtrar as matérias de interesse do objetivo do projeto, ou seja, somente matérias que tratam das ações e relações do poder público com a população de rua, seja do ponto de vista institucional ou da relação entre entidades de defesa dos moradores de rua, estabelecendo uma divisão temporal a edição que deu destaque ao episódio do Massacre da Sé, no caso, a edição de agosto de 2004.

A escolha do método quali-quantitativo, com definições majoritariamente qualitativas se deve a uma escolha que prioriza a análise conteudística e temática dos textos jornalísticos, mas ao mesmo tempo em que as análises dos textos necessitam de um fator que permita organizá-los de forma a auxiliar no processo de formulação de conclusões da pesquisa por inteiro, com um elemento comum das pesquisas quantitativas. Esse elemento são as variáveis de pesquisa, que por sua vez são conceitos que tipificarão as matérias jornalísticas conforme cada caso.

Do ponto de vista do objetivo da pesquisa, optou-se em adotar a técnica descritiva, ou seja, aquela que realiza o "estudo, análise, registro e interpretação dos fatos do mundo físico sem a interferência do pesquisador" (MEDEIROS, 1997, p. 33), com alguns elementos de natureza exploratória, ou seja, aquela que "estabelece critérios, métodos e técnicas para a elaboração de uma pesquisa" (MEDEIROS, 1997, p. 33), uma vez que são criados variáveis de pesquisa específicos para este estudo, por meio das palavras-chave que vão enquadrar as matérias de capa que devem ser lidas e analisadas.

O período escolhido desta forma foi também efetuado seguindo um critério de divisão tanto quanto equitativa de tempo: quatro anos e seis meses até agosto de 2004, quatro anos e meio depois. As etapas de pesquisa para a elaboração deste projeto de pesquisa foram os seguintes:

- Pesquisa Bibliográfica: leitura, fichamento e seleção de palavras-chave que possam eventualmente agilizar o processo de seleção de informações relevantes.
- Separação de notícias e outros tipos de textos publicados, tais como entrevistas, colunas de opinião e outros gêneros informativos, conforme as diretrizes previamente propostas no início das atividades.
- Análise comparativa e síntese das informações obtidas, conclusão dos trabalhos e confirmação ou não da hipótese de pesquisa.

Particularmente, a pesquisa está centralizada nas reportagens de capa, onde o que foi levado em consideração primeiramente é a leitura e definição do "lide" da notícia sob o ponto de vista da classificação dentro das variáveis propostas, onde serão selecionadas apenas fatos que envolvam iniciativas ou ações efetivas do poder público em relação à população de rua. Edições que tenham somente destaques de capa sem qualquer conteúdo noticioso ou registro de acontecimentos desta natureza descrita anteriormente serão desconsideradas, como forma de dar foco aos objetivos traçados nesta pesquisa. Por outro lado, serão incluídas matérias de

páginas internas do jornal, mas que tenham destaque ou chamadas para reportagens completas nas capas das edições, ainda que ocupem espaço físico e/ou textual menores que outras matérias.

O segundo recorte temporal que se tem definido e devidamente explicado nesta análise metodológica tem uma atenção especial como elemento-chave desta pesquisa, no sentido analisar de ações que foram efetivamente colocadas em prática de forma a minimizar questões mais urgentes ou de resoluções que beneficiaram direta ou indiretamente os moradores de rua da cidade de São Paulo, cujas demandas ganharam maior visibilidade não só no Trecheiro como em veículos impressos de grande tiragem na cidade de São Paulo; em outras palavras, estabelecer um “antes” e um “depois” da chacina, e realizar um estudo comparado das edições em si, para a partir de então fazer uma síntese geral do período e do contexto geral.

Assim, também serão observadas nos textos das reportagens de primeira página algumas palavras-chave que norteiam as principais demandas e necessidades de curto e médio prazo da população em situação de rua, bem como o teor das reportagens. Primeiramente, foi feita uma coleta e organização das notícias no respectivo jornal, com ênfase nas matérias de capa, e nas páginas que expandem o principal assunto de cada edição. A apresentação dos resultados, ao final do processo, apresentar-se-á por meio da síntese descritiva dos fatos noticiados, tanto quanto for necessário observando as continuidades de temas, questões e fatos relacionados no período pesquisado, bem como as continuidades e transformações em favor, ou contra, as necessidades dos moradores de rua a partir da ação do Estado.

A abordagem por sua vez é feita do ponto de vista contextual das referidas notícias, através de pesquisa documental das edições compreendidas entre os anos de 2000 e 2008. Esse recorte temporal teve uma divisão entre as edições dos anos 2000-2004 e dos anos 2004-2008 uma vez que, tendo um fato que representa uma grande repercussão inclusive a nível internacional sobre o “massacre da Sé”, este fato por sua vez define recortes temporais distintos para compreender o contexto e comparar os dados sob o ponto de vista do “antes” e “depois”. A pesquisa do meio se baseou focada nos fatos e temas que chamam a atenção do leitor no sentido de ter, ou não, seus direitos humanos e sociais resguardados diante da situação de vulnerabilidade social em que vivem. Na sequência, a pesquisa por amostra qualitativa a partir das fontes selecionadas se propõe a buscar informações que possam responder ao questionamento inicial da pesquisa.

O desenvolvimento da pesquisa vai ser norteada através da leitura de todas as capas do jornal que envolvem diretamente aos fatos onde o poder público municipal esteja sendo acionado para o atendimento das necessidades básicas das pessoas em situação de rua, seja diretamente com as necessidades mais indispensáveis deste público e que ao mesmo tempo poderão, ou não, estar presentes nas manchetes e nas matérias principais de cada edição do jornal, bem como nas respostas reativas e na tomada de decisões e ações dos órgãos governamentais, incluindo também o poder público estadual e federal.

Assim as variáveis de pesquisa que serão utilizadas, dentro do contexto e do próprio cotidiano no universo de questões sociais, concretas ou abstratas do qual os cidadãos em situação de rua vivenciam diariamente, serão os seguintes:

- Segurança: aqui agregam-se questões como o direito à vida, a integridade física, à segurança contra agressões físicas ou verbais, à liberdade de locomoção, bem como a garantia de proteção contra abusos de autoridade por parte de agentes de segurança pública;
- Subsistência: Incluem-se aí, além, de fornecimento de refeições, acesso a doações de roupas, cobertores, medicamentos e artigos de higiene pessoal aos que não têm meios de adquiri-los.
- Moradia: tratamento digno e humanizado nos abrigos mantidos pelo Poder Público, e acesso a iniciativas de Aluguel Social, Moradias Compartilhadas e prioridade em projetos de aquisição de imóveis subsidiados aos que possuem atividade fixa ou geração de renda.
- Trabalho: promoção de cursos profissionalizantes e encaminhamentos para o mercado de trabalho.
- Saúde: acesso aos serviços públicos de saúde e de assistência psiquiátrica, quando necessário.
- Defesa de direitos: Acesso à Defensoria Pública e ao Poder Judiciário em questões relacionadas à direitos fundamentais, acesso aos serviços públicos e a ações que protejam os cidadãos em situação de rua contra arbitrariedades governamentais.
- Educação: alfabetização e formação continuada para cidadãos que não tiveram possibilidade de conclusão do Ensino Fundamental ou Médio.

Considerando o fato do número de edições do jornal que serão analisadas, a associação entre o recorte qualitativo e contextualização temática vai a partir das manchetes selecionadas de forma a explorar a natureza dos fatos pela redação das matérias jornalísticas, considerando o fato de que eventualmente outras seções do jornal podem ser consultadas, com

a finalidade de interligar elementos factuais (comparação entre o que foi publicado com os fatos mais importantes que envolveram direta ou indiretamente a população em situação de rua na cidade de São Paulo). Esses fatos, evidentemente, coletados de fontes externas vão contribuir para definir o que foi efetuado do ponto de vista prático no sentido das políticas públicas para a população em situação de rua, a curto e longo prazo, bem como verificar qual a abordagem do jornal: se foi feita de modo crítico, se não houve destaque, e assim sucessivamente.

O que se espera desta proposta é, a partir de uma base de dados definida, não apenas atender aos objetivos propostos nesta pesquisa. Existe uma meta bastante clara de compreender um processo histórico em que as pessoas em situação de rua buscam ter vez e voz através das páginas do jornal, inclusive de forma ativa ou reativa contra políticas públicas que lhe sejam desfavoráveis a despeito das condições precárias em que sobrevivem pelas ruas, praças, calçadas e logradouros públicos da cidade de São Paulo. O processo de pesquisa, à medida que fornece as informações necessárias para responder ao questionamento inicial de melhorias ou não das condições dos cidadãos em situação de rua, irá concomitantemente auxiliar a construir uma narrativa histórica de demandas atendidas, promessas não cumpridas, ações do poder público favoráveis ou contrárias aos moradores de rua, e outras situações.

5.1. Pré-Teste

O pré-teste foi realizado com a pesquisa nas edições do jornal no ano de 2004, com 10 edições. Essa pesquisa amostral foi feita considerando a tipicidade de todas as notícias publicadas nas primeiras páginas de cada edição, sem realizar o recorte da pesquisa em si, que era apenas estudar aquelas manchetes de capa com notícias que diziam respeito á ação dos órgãos governamentais para a população de rua, ou desta população com o poder público.

A coleta de dados foi através da análise das notícias de capa de cada edição, enquadrando as temáticas de cada matéria de capa com as palavras-chave propostas anteriormente e a sua correlação no processo de permanências e transformações no sentido de efetuar políticas públicas e iniciativas da sociedade civil para o atendimento das demandas da população de rua.

A coleta foi primária, pelos arquivos disponibilizados em um site da Rede Rua que possui um espaço coma finalidade repositório das edições antigas do jornal (REDE RUA, 2021), disponível para pesquisa, após a análise de conteúdo, o tratamento dos dados coletados através

da análise dos textos (manchetes das notícias, temas principais e contexto geral da notícia) serão delimitados conforme o enquadramento conforme as palavras-chave propostas na metodologia.

5.1.1 Coleta de Dados:

Foram selecionadas as edições de março a dezembro de 2004, divididas em dois grupos: edições de março a julho, e outro grupo de agosto a dezembro. Após a leitura e análise dos dados, foi realizada a análise do conteúdo dos jornais, enquadrando as edições (e as respectivas matérias de capa, que serão o foco da pesquisa).

5.1.2 Tratamento dos dados:

A tabela a seguir faz uma análise qualitativa e contextual dos dados:

Quadro 2: Edições do Trecheiro analisadas no procedimento de pré-teste:

Edição	Matéria de Capa	Tema da Reportagem	Enquadramento
118	“Mulheres na Luta”	O papel das mulheres pela Reforma Agrária	Trabalho/ Subsistência
119	“Queremos melhorar nossa vida!”	O drama de profissionais qualificados em situação de rua, vivendo de atividades pontuais.	Subsistência/ Moradia
120	“Dia de Luta, Dia de Moradia!”	Cobertura do encontro de entidades de defesa da população de rua para o alinhamento de reivindicações junto aos órgãos do poder público	Subsistência/Moradia/ Trabalho/Saúde
121	“É com muita luta e resistência que se alcança mudança!	Narrativas que contam histórias de pessoas que, pela organização social buscaram caminhos para conseguir autonomia e dignidade.	Subsistência/Moradia/ Trabalho
122	“A fria da Saúde”	reportagem de capa denuncia descaso dos serviços públicos de saúde com o atendimento e o diagnóstico correto de doenças que afetam a população de rua.	Saúde
123	“Estamos de luto, mas continuamos na luta”	Reportagem especial sobre o “Massacre da Sé”	Segurança/Defesa de direitos/
124	“Justiça e vida digna para o povo que quer viver”	Cobertura do “Ato pela Vida” em homenagem aos mortos do Massacre da Sé.	Segurança/Defesa de direitos
125	“Ninguém faz nada para mudar a situação”	A reportagem de capa foi buscar junto aos moradores de rua sobre a ausência de propostas dos candidatos às eleições municipais de 2004 sobre a questão dos moradores de rua da cidade de São Paulo	Moradia/Subsistência/ Trabalho/ Saúde

126	“Governo é igual feijão, só fica bom sob pressão”	Reportagem sobre o encontro Nacional de Fé e Política em Londrina, com a participação de movimentos sociais de todo o país.	Defesa de Direitos
127	“Lula visita povo de rua pela segunda vez”	Em destaque, a visita do então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, à Casa de Oração do povo da Rua, em São Paulo	Defesa de Direitos

Fonte: MONTEIRO, 2021.

5.1.3 Análise dos dados do Pré-Teste:

Das dez edições analisadas, as primeiras cinco edições mostram um contexto bastante claro: Mostraram problemas familiares à população em situação de rua mas, em destaque, as matérias de capa tiveram temas que são compreendidos com a variável da subsistência.

Em outra direção, as cinco últimas edições têm duas edições tem abordagens no sentido da solução de problemas em relação ao Massacre da Sé. Aqui, quatro das cinco matérias ou trataram do tema (variável) segurança, ou de defesa de direitos, o que é um reflexo da mudança de postura editorial do jornal O Trecheiro em relação ao agendamento de matérias que foram para a primeira página do jornal.

Basta uma leitura e uma análise dos fatos para se inferir a seguinte contextualização: a repercussão nacional e mesmo internacional do fato mostrou a necessidade do engajamento e da participação política dos moradores de rua como cidadãos. Em outro aspecto, fez com que as autoridades públicas se posicionassem e tomassem providências para o atendimento das demandas da população de rua. A edição 127, realizando a cobertura da visita do presidente Lula à Casa de Oração do Povo da Rua, cujo trabalho e reconhecimento das iniciativas e projetos do Poder Executivo Federal naquele período, que são reconhecidas pelos moradores de rua, e mostra como o tema (população em situação de rua nas grandes cidades brasileiras de um modo geral) passou a pautar as políticas públicas a partir de então.

Esse agendamento das discussões e decisões governamentais está bastante presente na edição 126, cuja manchete “Governo é igual feijão, só fica bom sob pressão” mostra como a população em situação de rua passou a se posicionar no contexto dos movimentos sociais a nível nacional. Vale pontuar que a formação do Conselho Nacional da População em Situação de Rua, em 2005, é fruto da mobilização e articulação dos Movimentos de População de Rua nos níveis municipais e estaduais, tendo São Paulo e Belo Horizonte como principais cidades a dar os primeiros passos nessa mobilização.

5.1.4 Conclusões do Pré-Teste:

A metodologia de análise quali-quantitativa permitiu executar na prática as premissas delineadas na metodologia de pesquisa pela análise empírica, onde a análise de conteúdo, ou seja, a leitura e síntese das informações de cada reportagem permitiu enquadrar cada matéria de cada capa, de cada edição dentro de uma variável de pesquisa. Outro fato revelado pelo pré-teste era a necessidade de inserir na pesquisa propriamente dita a palavra-chave “Segurança”. Essa variável de pesquisa passa a ter papel fundamental para especificar determinadas matérias que serão analisadas, considerando que a princípio o termo “Defesa de Direitos” poderia a princípio conter as propriedades dos temas associados à segurança. Mas, durante o processo de pesquisa foi verificado que uma gama de acontecimentos, de sequência de fatos ou mesmo de retomada de assuntos necessitaria de um termo específico.

Este termo, no caso “Segurança”, vai remeter sucintamente a notícias referentes a situações de violência, tais como: agressões físicas ou verbais, abusos de poder e de autoridade, coação, intimidação, perseguição e demais formas de violência. Todas as outras terminologias serão aproveitadas e usadas na forma como foram propostas na Metodologia de Pesquisa, uma vez que foram suficientemente capazes de acomodar os temas mais comuns que, por sua vez, tratam de questões oficiais e governamentais do poder público em relação à população em situação de rua.

O Massacre da Sé foi uma tragédia que, apesar da comoção causada pelas mortes, iniciou algo até então inédito no país: a formação de movimentos sociais voltados para as necessidades da população em situação de rua a partir da articulação e mobilização destes cidadãos. Conscientes não apenas da necessidade individual de sair da condição degradante em que sobrevivem pelas ruas de São Paulo, passaram a reivindicar suas necessidades mais urgentes em grupo, de forma organizada.

Consequentemente, o jornal *O Trecheiro* teve papel fundamental neste processo. Já conhecido por estar por alguns anos em circulação, ainda que a frequência da sua tiragem fosse irregular nos primeiros anos até que se tornasse mensal nos anos 2000, foi um meio que dava voz a esse segmento. A partir do Massacre da Sé, suas páginas passaram a mostrar o poder que a organização dos moradores de rua seria um fator para transformações sociais. A própria cobertura dos acontecimentos em questão evidencia a necessidade e a relevância que as discussões gerais passaram a ter para este público, gerando ainda mais poder de pressão política em favor dos seus direitos e das suas demandas.

6. Pesquisa – Primeira Parte – janeiro de 2000 a julho de 2004

No primeiro recorte histórico que compreende o período entre 2000 e 2004, foram analisadas um total de 56 edições, desde a edição nº 72 (janeiro de 2000), até a edição nº 122 (julho de 2004). Importante destacar que a produção das edições eventualmente foi feita de maneira bimestral, embora na maior parte do período as edições foram mensais. As edições analisadas foram aquelas que traziam reportagens de capa, com ou sem chamadas para matérias completas ou detalhadas em outras páginas de cada edição, que trataram de ações ou omissões dos órgãos do governo no atendimento das pessoas em situação de rua.

A edição de janeiro de 2000, ainda impressa em preto e branco, retrata a esperança com a chegada do ano que se iniciava, com a frase "2000 sem miséria no Brasil". Como a maioria das edições que eram publicadas no início de cada ano, observa-se a necessidade do jornal em trazer ao seu público a importância em buscar soluções e alternativas para a população em situação de rua na cidade de São Paulo. Aqui está um exemplo de uma matéria ampla que traz no seu conteúdo praticamente todas as variáveis definidas na metodologia de pesquisa, mas focando bastante em uma questão (a miséria, sob a perspectiva da Subsistência), e de certa forma, no aguardo de providências governamentais.

Há ainda a referência às palavras do então arcebispo de São Paulo, Dom Cláudio Hummes, que direcionou uma palavra à população de rua, reafirmando o compromisso da Arquidiocese em acompanhar a atuação da Igreja Católica junto ao segmento, incluindo a importância do poder público, no caso a prefeitura da capital paulista nestas ações, nas palavras do próprio arcebispo "...especialmente buscando políticas públicas para esta população junto a Prefeitura, leis melhores que facilitem a recuperação, a possibilidade de atender a todo esse povo que mora na rua" (O Trecheiro, Janeiro de 2000, p. 3).

Nas capas das edições de janeiro, fevereiro e março temos a presença de uma identidade visual criada a partir do número 2000, com os zeros com imagens de rostos de crianças, com a frase "Sem Miséria no Brasil". Essa imagem, com algumas alterações, permanece nas edições de fevereiro e março e mostra, aqui, uma proposta visual gráfica de manter a mensagem inicial da capa do mês de janeiro, no sentido de manter no público a importância em acreditar e, consequentemente, lutar para busca de conquistas e soluções para a população em situação de rua. Aqui, vale destacar mais uma vez o impacto visual que um meio impresso deve ter em chamar a atenção dos leitores, com o uso de um logotipo numérico e a

frase “Sem miséria no Brasil”. Em fevereiro de 2000, uma matéria de capa que faz referências à variável de pesquisa da defesa de direitos, que é o Seminário População de Rua ocorrido em dezembro do ano anterior.

Em março, o Trecheiro mostrou o trabalho em prol das crianças e adolescentes em situação de rua promovido pelo Centro Comunitário da Criança e do Adolescente – CCCA, em parceria com a Prefeitura de São Paulo, no acolhimento de crianças dos 7 aos 14 anos, uma matéria tipificada como uma ação na defesa de direitos de um subgrupo das pessoas em situação de rua; no caso; menores de idade.

Em destaque na edição de abril, dentro do contexto das celebrações nacionais do descobrimento do país, a capa da edição número 75 com o título “Brasil 500 – o presente somos nós”, o texto da primeira página faz uma crítica social ao citar, no texto, que “A verdade é que quem vive pelas ruas de nossas cidades tem muito pouco a celebrar” (O Trecheiro, edição 75, capa), o que evoca a questão da defesa de direitos novamente, num aspecto amplo.

A primeira edição que mostra uma matéria relacionada com a precariedade na prestação de serviços por parte do poder público em 2000, na capa, é a denúncia da interrupção das atividades de um espaço dedicado à população de rua para higiene pessoal (banho, lavagem de roupas e troca de curativos), localizado no bairro do Brás, região central da cidade. Na página 3 da edição de maio (número 76), o título “povo da Rua pede reabertura da Casa do Brás” informa o encerramento das atividades de um serviço de grande importância para a população de rua que, até a publicação, estava indisponível havia dois meses.

Esta matéria engloba algumas variáveis distintas: Alimentação e Subsistência, pois o local era usado para distribuição de alimentos, e Saúde, uma vez que, segundo a reportagem, o local disponibilizava profissionais para o atendimento de pessoas que necessitavam troca de curativos e higienização de ferimentos.

IMPRESSO

O Trecheiro

Nº 76
Ano X
Maio/2000

Notícias do Povo da Rua

Rede Rua de Comunicação - Rua Sampaio Moreira, 110 – Casa 09 – Brás – 03008-010 - São Paulo SP – fone - 227-8683 - 3311-6642

Rua: mãe ou madrasta?

É bem verdade que muitas madrastas assumem com tamanho carinho a tarefa de educar os filhos de outra mãe que, muitas vezes são assumidas e amadas como uma segunda mãe. Por ocasião do dias das mães *O Trecheiro* foi às ruas verificar as conseqüências de se viver na rua para o cotidiano de muitas mulheres e o *significado de ser mãe na* rua. Se por um lado a rua se torna o espaço de vida que sobrou para estas mulheres e nelas se construa muita amizade e solidariedade, por outro, muitas delas se vêem podadas de diversas formas na construção de sua identidade. Entre mãe e madrasta a rua se torna espaço onde milhares de mulheres lutam pela sobrevivência e contra a discriminação. Página 4

Fotos: Lucinay Martins-Rede Rua

A dureza da rua atrapalha, mas não impede o exercício da maternidade.

Casa do Brás fechada, um sonho interrompido

Alicerces da construção da Casa de Convivência do Brás, em 1991.

Quem passa pelas imediações da Avenida Alcântara Machado à altura do número 700 verá que não existe mais aquele grande número de pessoas de rua à espera da abertura de um de seus espaços para banho, curativo e lavagem de roupa. Encontra-se fechada a Casa de Convivência do Brás Anawin, popularmente conhecida como "Casa da Erundina". Segundo assessoria de imprensa da SAS (Secretaria Municipal de Assistência Social) a casa foi fechada devido à "falta de estrutura organizacional da entidade social que tinha o convênio", no caso a Ação Social Franciscana. A Surbes Sé desconsiderou proposta de parceria feita pelo Centro Social do Pq. Fernanda. Confira à página 3.

Participe do Dia de Luta do Povo da Rua

Dia 24 de maio
Saída as 9 horas
Praça da sé

Imagem 01 – Capa do Trecheiro, maio de 2000

A função da Casa de Convivência do Brás Anawin, conhecida como "Casa da Erundina" (em referência à ex-prefeita da cidade, entre 1989 e 1992), fundada em 1991 era oferecer um local para que pessoas pudessem tomar banho com água quente, espaço para lavagem e secagem de roupas e prestar serviço básico de enfermagem, como assepsia e troca de curativos de pessoas que estivessem em processo de recuperação, após alta hospitalar.

A atuação das entidades em defesa da população de rua se fez através da formação de uma comissão que, conforme a matéria da página 3, foi buscar solução junto à prefeitura para que outra entidade assumisse a administração do local para o reinício das atividades. A resposta governamental é que havia entidades interessadas em reassumir o espaço, porém, a matéria não informa se isto realmente ocorreu de fato.

No contexto das relações do jornal com o poder público, o Trecheiro acompanhou a campanha eleitoral para a prefeitura de São Paulo no ano 2000 e deu ênfase às propostas dos candidatos para a população em situação de rua. Na edição de julho (número 78), um “box” na capa trazia o título: “Rua discute ano eleitoral”. Em destaque, a matéria “Encontro com a rua discute eleições” (página 3), lideranças da Rede Rua, editora do jornal O Trecheiro, convidou entidades e gestores do terceiro setor e do poder público para discutir a conjuntura social naquele momento e propor ações para a construção de uma proposta política de atendimento à população de rua.

No evento, a declaração da então representante da Secretaria de Ação e Cidadania da cidade de Santo André, Márcia Leal, sobre a necessidade de abrir aquele debate diretamente com as pessoas em situação de rua era uma forma de trocar experiências no sentido de regionalizar as ações. Esta é uma matéria jornalística em que a defesa de direitos está bastante clara: da teoria das leis para a realização de ações de atendimento à população de rua, existe o processo onde o diálogo e o debate permite a troca de informações, sugestões e resolução de problemas, em um regime político democrático.

Importante aqui é destacar que o jornal era distribuído não apenas nas ruas da capital paulista, mas também com o apoio da Rede Rua, entregue em instituições sociais e locais de assistência social da região metropolitana de São Paulo, incluindo aí a região do ABC paulista, onde está localizado o município de Santo André. Logo, a ideia apresentada por Márcia Leite como gestora da assistência social do município limítrofe com a capital paulista não apenas era válida como essencial, como ela mesma afirma: “A mobilidade da população de uma cidade para outra é grande, e a oferta de serviços é muito diferenciada. O que acaba atraindo para algumas cidades um maior número de pessoas. Seria importante que as cidades tivessem serviços complementares” (O Trecheiro, edição 78, página 3).

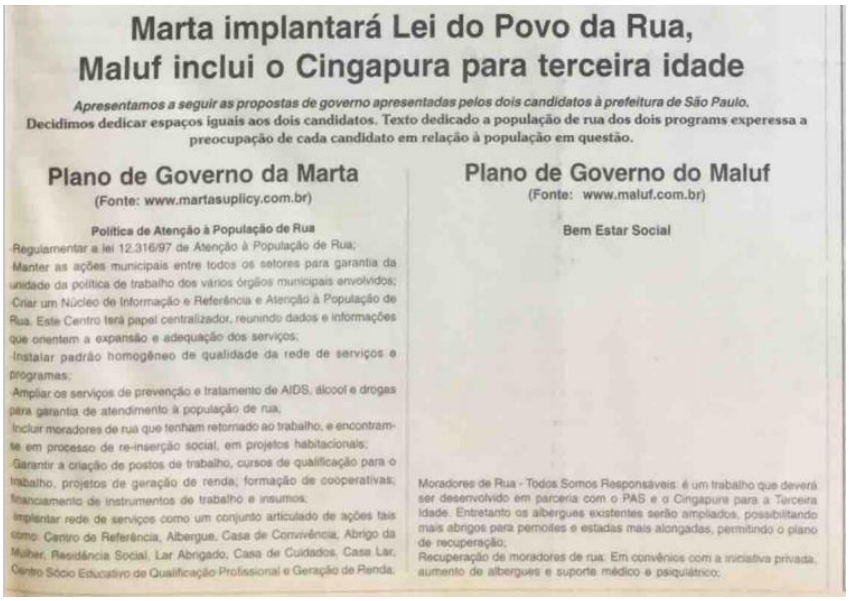
Duas edições posteriores, na edição especial de setembro e outubro de 2000 (número 80), o jornal publicava na capa o destaque à candidatura de Marta Suplicy para a prefeitura. Com

o título “Marta Suplicy implantará Lei do Povo da Rua”, a matéria destacava o projeto da então candidata do Partido dos Trabalhadores (PT) em colocar em prática as diretrizes da lei municipal nº 12.316, que trata sobre a obrigatoriedade do poder público municipal a prestar atendimento à população de rua na Cidade de São Paulo.

Já a matéria da página 3 da edição trazia a manchete “Marta é a preferida da população de rua”, com depoimentos breves de pessoas em situação de rua que se posicionavam a favor da candidatura de Marta, e uma pesquisa de opinião realizada pela Rede Rua entre os dias 14 e 21 de setembro com 236 respostas sobre as preferências de voto, coletadas em comunidades e centros de convivência da cidade, para prefeito e vereador. Os resultados para a prefeitura mostram uma ampla preferência pela candidata do Partido dos Trabalhadores.

Neste ponto é necessário fazer uma análise crítica do jornal sobre seu posicionamento político em relação aos dois candidatos que naquele pleito estavam mais bem colocados nas pesquisas de opinião (Marta Suplicy do PT, e Paulo Maluf do PPB). O Trecheiro reservou um espaço na terceira página para que ambos os candidatos enviassem suas propostas para a população de rua. Embora a resposta enviada pelo candidato Paulo Maluf tenha sido mais resumida em termos textuais e mesmo de ações, a diagramação do texto diminuiu o espaço entre as linhas, deixando o texto compactado no rodapé do box de texto, enquanto as propostas da candidata Marta ocuparam todo o espaço reservado, que era igual em dimensões para os dois candidatos. Em outras palavras, a formatação do texto foi desigual e dificulta (propositadamente ou não) a leitura das propostas do candidato Maluf.

Nas campanhas eleitorais, todas as variáveis podem ser detectadas, mas é necessário observar o maior grau para questões que o jornal considera mais urgentes, comparando as propostas dos candidatos que lideravam as pesquisas de intenção e voto: a defesa de direitos (em particular, a regulamentação da lei 12.316/97), e duas específicas: saúde (atenção básica na prevenção e tratamento da AIDS e dependência química), e trabalho (criação das frentes de trabalho como forma de combater o desemprego).



Marta implantará Lei do Povo da Rua, Maluf inclui o Cingapura para terceira idade

Apresentamos a seguir as propostas de governo apresentadas pelos dois candidatos à prefeitura de São Paulo.
Decidimos dedicar espaços iguais aos dois candidatos. Texto dedicado a população de rua dos dois programs experessa a preocupação de cada candidato em relação à população em questão.

Plano de Governo da Marta

(Fonte: www.martasuplicy.com.br)

Política de Atenção à População de Rua

-Regulamentar a lei 12.316/97 de Atenção à População de Rua;
-Manter as ações municipais entre todos os setores para garantia da unidade da política de trabalho dos vários órgãos municipais envolvidos;
-Criar um Núcleo de Informação e Referência e Atenção à População de Rua. Este Centro terá papel centralizador, reunindo dados e informações que orientem a expansão e adequação dos serviços;
-Instalar padrão homogêneo de qualidade da rede de serviços e programas;
-Ampliar os serviços de prevenção e tratamento de AIDS, álcool e drogas para garantia de atendimento à população de rua;
-Incluir moradores de rua que tenham retornado ao trabalho, e encontram-se em processo de re-inserção social, em projetos habitacionais;
-Garantir a criação de postos de trabalho, cursos de qualificação para o trabalho, projetos de geração de renda; formação de cooperativas; financiamento de instrumentos de trabalho e insumos;
-Implantar rede de serviços como um conjunto articulado de ações tais como: Centro de Referência, Albergue, Casa de Convivência, Abrigo da Mulher, Residência Social, Lar Abrigado, Casa de Cuidados, Casa Lar, Centro Sócio Educativo de Qualificação Profissional e Geração de Renda.

Plano de Governo do Maluf

(Fonte: www.maluf.com.br)

Bem Estar Social

Moradores de Rua - Todos Somos Responsáveis: é um trabalho que deverá ser desenvolvido em parceria com o PAS e o Cingapura para a Terceira Idade. Entretanto os albergues existentes serão ampliados, possibilitando mais abrigos para pernoites e estadas mais alongadas, permitindo o plano de recuperação;
Recuperação de moradores de rua: Em convênios com a iniciativa privada, aumento de albergues e suporte médico e psiquiátrico;

Imagem 02 – Diagramação do espaço na página 3, na edição nº 80.

Na edição seguinte, compreendendo os meses de novembro e dezembro, O Trecheiro destacava a possibilidade de um encontro com a candidata eleita para a prefeitura, Marta Suplicy, através de encontros com as vereadoras Ana Martina e Aldaíza Sposati, ocorridos em eventos com instituições de auxílio a pessoas em situação de rua, com a promessa de um grande encontro na segunda quinzena de janeiro de 2001. Outro destaque na primeira página são as ações da prefeitura da cidade de Santo André, com a inauguração de duas novas casas de acolhida, dentro das ações do Programa de Atenção à População Adulta de Rua, promovida pelo município. O encontro com candidatas eleitas para a Câmara Municipal de São Paulo com representantes da população de rua era um desdobramento do processo eleitoral e de divulgação das ações em Santo André mostrou que o período pós-eleitoral sinalizava um momento de cobrança de promessas de campanha e de compromissos firmados com os eleitores. Esta matéria está compreendida, portanto, na variável de pesquisa da defesa de direitos.

O mês de maio de 2001 destacou a articulação de entidades e organizações de pessoas em situação de rua com profissionais de coleta de materiais recicláveis. A matéria de abertura com o título “Povo da Rua quer audiência com FHC” divulgou as mobilizações para as atividades na capital federal no dia 7 de junho, em dois eventos: A Marcha do Povo da Rua e o Congresso Nacional dos Catadores de Papel. Na página 2 da edição 85, o desdobramento da matéria da capa a expectativa da realização de uma audiência com o então presidente da república Fernando Henrique Cardoso e com representantes do Ministério do Trabalho. Em

pauta, a legalização da profissão de catador de papel e da estruturação de frentes de trabalho para pessoas em situação de rua como forma de gerar emprego e renda, além de encontros nos ministérios do Meio Ambiente e da Saúde, com pautas específicas. A matéria destaca o apoio de associações de trabalhadores e da CNBB (Confederação Nacional de Bispos do Brasil). São duas matérias que mantém a linha editorial do período em apresentar ao leitor notícias alinhadas com a defesa de bandeiras de luta em favor de oportunidades de trabalho e geração de renda, fundamentais no processo de promoção humana.

Na edição de julho de 2001, a matéria de capa “Mobilização de catadores e moradores de rua repercute em todo o país” resumia para o leitor o evento ocorrido entre os dias 4 e 7 de junho anteriores. Na página 4, sob o título “Catadores e povo da rua mostram força em Brasília”, a cobertura dos eventos na capital federal noticiou a participação de mais de 3 mil catadores e cidadãos em situação de rua e a realização de uma audiência pública e comissão mista na Câmara dos Deputados sobre as demandas apresentadas pelos dois segmentos sociais representados, com representantes dos catadores e da população de rua, além da entrega ao presidente do Senado Federal uma pauta de reivindicações dos catadores. Para ilustração da matéria, foi publicada a foto com a mesa de coordenação dos trabalhos do 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, ocorrido na Universidade de Brasília (UnB), mostrando a grande participação e representatividade da categoria. Assim, as edições de maio e junho tem suas reportagens de capa definidas sob a perspectiva do trabalho, na exigência de ações na esfera federal neste sentido.

Enquanto os movimentos sociais da população de rua se articulavam na busca de conquistas em cooperação com os catadores de materiais recicláveis a nível nacional, na capital paulista a prefeitura dava início a uma grande operação de remoção de pessoas em situação de rua que habitavam em moradias improvisadas embaixo de viadutos. No entanto, a iniciativa governamental gerou dúvidas e incertezas aos moradores desses locais, o que está bem nítido na manchete “Plano da prefeitura assusta moradores de viadutos” (número 89, agosto de 2001). A proposta de realocação, na sua fase inicial, em moradias sociais e auxílio financeiro até a construção de moradias definitivas e as incertezas desse período de transição estão expostos na matéria “Prefeitura quer morador de viaduto em hotel” (página 4).

IMPRESSO

O Trecheiro

Notícias do Povo da Rua

Nº 89
Ano XI
Agosto de 2001

Rede Rua de Comunicação - Rua Sampaio Moreira, 119 - Casa III - Bela - CEP 05035-010 São Paulo SP - fone - 227-4652 - 3311-4642

Plano da Prefeitura assusta moradores de viadutos

A prefeitura garante que ninguém mais irá morar embaixo de viadutos. Para isso, a prefeita Marta Suplicy assinou, no dia 18, convênio com o Sindicato de Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares de São Paulo, no valor de 4,5 milhões de reais, para acomodar por um ano, essas moradores.

Segundo a prefeitura, a retirada dos moradores das áreas de risco será gradativa e começará pela região central e por viadutos ocupados por comércio e depósito de materiais inflamáveis. A prefeitura fará o cadastramento das pessoas e elas terão o aluguel pago por um ano. Neste período as famílias vão participar de programas sociais como o Renda Mínima, enquanto a Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento se encarregará de construir casas populares.

Veja na página 4

Dúvidas como onde irão cozinhar e sobre a educação dos filhos pairam entre os moradores de viadutos. Para o secretário municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano, Paulo Teixeira, com o cadastramento as pessoas serão alojadas de acordo com suas necessidades. "As famílias que têm muitos filhos deverão ir para uma casa ou apartamento. As pessoas que vivem sozinhas poderão ser hospedadas em hotéis". Segundo ele, tudo dependerá da realidade de cada família.

Veja na página 4 e também o Editorial (pág. 2)

Imagem 03 – Capa do Jornal O Trecheiro, agosto de 2001.

No subtítulo, uma dessas incertezas é explicada: “A possibilidade de perderem seus os seus únicos locais de moradia, de serem levados para hotéis, de serem discriminados ainda mais e a falta de perspectivas desse plano dar certo, são algumas questões que coloca o povo que mora nos viadutos apreensivos.” Embora a matéria explique em detalhes o plano da prefeitura, e a forma de execução, na mesma página outra matéria dá voz aos que seriam removidos e como seriam acolhidos nos hotéis cadastrados pela prefeitura. “Querem tirar o que nos resta”, é com essa frase, de uma declaração de Maria José da Silva, uma moradora de um viaduto, que a matéria traz depoimentos de moradores de rua incertos sobre a fase de transição entre uma moradia provisória para uma permanente.

A foto desta matéria, com a foto de uma avenida com uma placa escrito “Última saída”, usada como ilustração do texto, mostra como a iniciativa da prefeitura poderia ser – ou ainda não ser – a “última saída” para que as pessoas pudessem abandonar barracos feitos sob viadutos na cidade e ter uma residência digna.

O tema das remoções dos moradores que se abrigavam debaixo de viadutos tem continuidade na edição número 92 (novembro de 2001), com o encaminhamento de moradores de viadutos na região central de São Paulo para hotéis e albergues da cidade. O título mostra a ação da prefeitura de São Paulo no Plano de Reabilitação Urbanística, que entre outras finalidades tinha a tarefa de realocar os moradores em hotéis e prédios desocupados sob administração da prefeitura. Na página 4, a reportagem “Prefeitura de São Paulo tira famílias de viadutos”, com uma entrevista com o assistente social do município, John Kennedy Ferreira, que respondeu questões sobre o processo de remoção dos moradores.

O tema continua sendo uma pauta importante, pois na edição seguinte (Nº 93), uma matéria investigava a situação dos moradores removidos. Apesar das esperanças em ter uma vida melhor em locais seguros e com infraestrutura, as incertezas em ter um trabalho fixo ou uma fonte de renda era fonte de constante preocupação. “Do anonimato dos viadutos para um endereço fixo” trouxe relatos de famílias cujos pais relataram suas condições de vida quando se mudaram para hotéis e imóveis desocupados. No total, são três edições que relacionam a população de rua com o poder público sob o tema da moradia.

No início de 2002, outro tema teve destaque no jornal O Trecheiro a escolha de Aldaíza Sposati, vereadora da cidade no período 2001-2004, como Secretária de Assistência Social foi motivo para a matéria de capa da edição de março (número 95). Idealizadora da Lei de Atenção ao Povo de Rua, sua nomeação foi vista de forma positiva pelo jornal, onde a nova secretária se comprometeu a melhorar a atuação da secretaria no atendimento às necessidades das pessoas em situação de rua.

O Trecheiro se preocupou em destacar, em um box na lateral direita da página um resumo da carreira política da nova secretária, com destaque, para que o leitor pudesse conhecer mais da trajetória e das causas defendidas por Sposati. Mas, na edição de junho (número 98), nas celebrações que marcaram o 11º Dia de Luta da população de rua, a matéria “Dia de Luta levanta a bandeira da moradia e do trabalho), o jornal entrevistou alguns participantes do encontro, que por sua vez cobraram ações mais imediatas do poder público nas necessidades

mais urgentes, que eram moradia e trabalho, cobrando a geração de empregos voltadas para as populações em situação de rua. Como em matérias anteriores, os encontros e reuniões institucionais do poder público, intermediados ou não por entidades do terceiro setor com a população de rua estão delimitadas como matérias referentes à defesa de direitos, nestas matérias de capas das edições 95 e 98.

A Centésima edição do jornal teve na capa a denúncia da construção de pavimentação “anti-moradores de viaduto” pela Subprefeitura da Sé (região central). A matéria mostrava a instalação de pedras intercaladas no vão de um viaduto, feito para impedir a permanência de moradores sem-teto naquele local. Esta matéria a princípio poderia não ter nenhuma definição conforme as palavras-chave que definem a pesquisa. No entanto, ela pode ser interpretada como uma matéria relacionada à moradia: uma vez que os órgãos do governo não haviam retirado todas as pessoas das ruas, a colocação daquele tipo de pavimentação obrigava pessoas a buscaram abrigo em locais onde estariam mais sujeiras às intempéries como o sol, calor, chuva e vento.

O título na capa da edição de novembro de 2002, ainda que em um espaço pequeno, chama a atenção do leitor para a matéria da página 3, informando o reconhecimento da profissão de catador de material reciclável pelo Ministério do Trabalho. Essa notícia tem relevância uma vez que muitos catadores se abrigam de forma precária e insalubre pelas ruas de São Paulo e das grandes cidades e capitais do país.

O tema dos moradores dos viadutos por parte da prefeitura de São Paulo é retomado sob uma ótica otimista na edição de dezembro. Logo na capa, em grande formato, a manchete “Vitórias de um ano que entrou para a história” mostrou fotos de família e pessoas que estavam morando em imóveis alugados ou cedidos pela Secretaria de Assistência Social, e como o processo havia melhorado a qualidade de vida destas pessoas, motivando-as a buscar iniciativas próprias na busca de estabilidade econômica e bem-estar social, no contexto de outras ações do poder público municipal. A declaração de Keila Marinho, uma das mães de família beneficiadas pelo programa foi destacado para mostrar a transformação nas vidas daqueles que antes dormiam em barracos de madeira e lonas, quando ela declara: “A gente se sente tão bem dormindo num lugar bom” (O Trecheiro, dezembro de 2002, capa).

IMPRESSO

O Trecheiro

Notícias do Povo da Rua

Nº 103
Ano XII
Dezembro de 2002

Vitórias de um ano que entrou para história

"A gente se sente tão bem dormindo num lugar bom!".

Imagem 04 – Capa da Edição de dezembro de 2002.

Essa esperança, concomitantemente associada com as festas de fim de ano (no período em que a edição foi colocada em circulação) está evidente na matéria da página 4, "O sonho da moradia vira realidade". Ainda que a matéria, pelos relatos dos moradores deixasse claro que estavam morando de forma transitória nos imóveis, havia a expectativa para que fossem contemplados em programas habitacionais de caráter social de forma definitiva. Assim, temos mais uma matéria sob o tema habitação.

O ano de 2003 começa com a ampla cobertura do jornal na posse do presidente eleito, Luís Inácio Lula da Silva. Praticamente toda a edição de janeiro de 2003 foi pautada pela possibilidade de mudanças concretas na vida das pessoas em situação de rua, com depoimentos de pessoas dos mais variados segmentos, incluindo cidadãos em situação de rua. A expectativa de mudanças significativas em favor das pessoas em situação de rua remete por sua vez à variável de pesquisa que tipifica a defesa dos direitos das pessoas em situação de rua,

Na Edição de Junho de 2003 (número 109), a capa direcionava o leitor para a inauguração da nova sede do Serviço Franciscano de Apoio à Reciclagem (Recifran). O espaço, que por sua vez contou com o apoio da prefeitura que cedeu o espaço para o empreendimento

social, destacou a sua finalidade, que era criada para estruturar e profissionalizar o trabalho cooperativo dos catadores de materiais recicláveis. Na mesma edição, vale destacar também na capa a notícia da inauguração do Projeto Boracea, o primeiro albergue que contava com um local estruturado para o depósito de carrinhos usados pelos catadores de material reciclado e até mesmo um canil, para que donos de cachorros pudesse ter um espaço dedicado aos seus animais de estimação, que por sua vez acompanham os catadores no seu trabalho diário. Estas duas matérias têm interconexões ao tratarem de questões relacionadas à geração de emprego e renda, portanto, com a palavra-chave trabalho.

O jornal continuou a mostrar-se atento aos acontecimentos relacionados com os moradores em situação de rua em outras cidades e na primeira página da edição de julho de 2003 e deu cobertura ao II seminário sobre a População adulta em Situação de Rua da cidade do Rio de janeiro, ocorrido no dia 09 de julho de 2003, que contou com representantes da capital paulista.

Seguindo a linha de divulgação de serviços públicos que poderiam, e deveriam, ser utilizados pela população de rua, a reportagem sobre os serviços disponibilizados pelo projeto Acessa São Paulo, de acesso gratuito à internet ganhou destaque na edição de agosto de 2003, como uma importante ferramenta na busca de novas oportunidades de trabalho, educação, saúde, cidadania e outros serviços.

Na capa daquela edição a frase “Inclusão Virtual!?” dava ao leitor um misto de dúvida e surpresa, e na sequência com um subtítulo que remetia à alcunha com a qual os moradores de rua estavam acostumados a ouvir sobre si mesmos, “Trecheiros entram na rede mundial”, na página 4, a matéria completa explicava como funcionavam os serviços do Acessa SP, além de dar dicas de outros locais onde havia acesso grátis na cidade de São Paulo.

IMPRESSO

O Trecheiro

Notícias do Povo da Rua

Nº 111
Ano XII
Agosto de 2003

Inclusão Virtual !?

O modelo sócio-econômico-político vigente no mundo hoje deixa sempre mais em evidência suas próprias contradições internas. Por um lado existem avanços gigantescos e por outro um descaso diante de macro soluções para as mínimas necessidades do cotidiano como casa comida e emprego. Exemplo vivo desta contradição é o uso cada vez mais freqüente da Internet pelas pessoas em situação de rua. Totalmente excluídas dos direitos básicos, possuem acesso amplo ao mundo virtual. Veja em reportagem de Kênia Rezende, pág. 4.

Imagem 04 – Capa da Edição de agosto de 2003.

Outra pauta positiva foi na edição seguinte, número 113, que contava a história de Marcelo Campos Fernandes, morador de um albergue que na época estava trabalhando como recepcionista na Subprefeitura da Sé, contratado pelo programa Operação Trabalho da prefeitura, que direcionava mão-de-obra em situação de vulnerabilidade social para trabalho em órgãos públicos do município. A questão da defesa dos direitos na matéria sobre o Acessa São Paulo está ligada ao conceber o acesso à Internet como um direito, onde a inclusão digital é componente da inclusão social das pessoas em situação de rua. Por outro lado, a reportagem sobre Marcelo Fernandes era um exemplo da transformação de vida promovida pela Operação Trabalho, cujo nome do programa se encaixa perfeitamente na variável de pesquisa do trabalho, pela recolocação profissional do cidadão em condição de rua.

Por outro lado, sob o recorte temático do trabalho, o conflito entre catadores de materiais recicláveis e o poder público municipal estampa a capa da edição de novembro de 2003. Com o título “Catadores lutam pelo direito de reciclar”, a nova política de coleta seletiva colocada em prática e de forma abrupta com o sistema “Porta a Porta, com o direcionamento dos resíduos sólidos diretamente das ruas para as cooperativas de reciclagem estava prejudicando o recolhimento de resíduos por parte de carroceiros autônomos, conforme matéria completa publicada na página 4.

No ano de 2004, a primeira edição daquele ano dava ampla cobertura à visita do presidente Lula em São Paulo e do encontro com catadores de material reciclável no bairro do Glicério, região central de São Paulo, onde foi inaugurado o projeto Casa Cor, projeto que visava a produção de produtos a partir de materiais reciclados com mão de obra de pessoas em situação de rua e jovens aprendizes em situação de vulnerabilidade social. É uma matéria que, a exemplo de outras que mostram as iniciativas sociais de geração de renda, observa as atividades das organizações de assistência social que buscam o resgate da dignidade das pessoas em situação de rua pelo trabalho e, especificamente, pela manufatura e venda de produtos cuja renda é em grande parte revertida para as pessoas necessitadas.

No âmbito da cidade de São Paulo, a edição número 118, de março de 2004, a chamada para reuniões do programa de Orçamento Participativo da cidade, com destaque para as opiniões e sugestões de pessoas e grupos em situação de vulnerabilidade social na aplicação de recursos municipais. A participação das pessoas em situação de rua em eventos oficiais é delimitada sob a percepção da defesa de direitos, porque o cidadão em situação de rua, ainda que desprovido de condições para uma sobrevivência digna, tem o direito de participar ativamente das audiências públicas do poder público municipal e reivindicar providências como cidadão.

As dificuldades e os preconceitos enfrentados pela população de rua estavam em destaque na edição número 122. A ironia do título “A fria da saúde” criticava os obstáculos em conseguir atendimento médico digno nos hospitais públicos, com destaque para o aumento de óbitos causados pela tuberculose, doença altamente contagiosa e que teve um surto justamente em um albergue da prefeitura, com a morte de três moradores, como foi reportada na matéria da terceira página da edição de julho de 2004, na ocasião em que o jornal dedicou um box com informações sobre a tuberculose, suas formas de contágio, sintomas e a importância de não interromper o tratamento, em caso de diagnóstico positivo.

IMPRESSO

O Trecheiro

Notícias do Povo da Rua

Nº 122
Ano XIV
Julho de 2004

Rede Rua de Comunicação · Rua Sampaio Moreira, 110 – Casa 09 – Brás – 03008-010 São Paulo SP – fone - 227-8683 - 3311-4642

A fria da saúde

Além do frio que tem aumentado o número de procura nos serviços de atendimentos, as pessoas em situação de rua têm enfrentado todas as dificuldades para uma consulta médica. Depois da consulta, que muitas vezes não chega a um diagnóstico correto, vem a dificuldade do tratamento. O resultado, na maioria das vezes, já se sabe. Se for uma doença como a tuberculose, as chances de recuperação são mínimas.

Em Santo Amaro três pessoas morreram de tuberculose mesmo com exame de escarro negativo. O descaso com as pessoas não atinge somente a população em situação de rua. A saúde no Brasil está falida. O sistema de saúde não consegue atender a demanda de quem ainda tem algum poder aquisitivo. E quem não tem mais nada? Página 3

Manifestação: pessoas em situação de rua levam cartazes sobre saúde no dia de luta de 2003

Imagem 06 - O Trecheiro – julho de 2004

Em conformidade com as palavras-chave da Metodologia da pesquisa empírica proposta, ao final da análise das edições nesta primeira etapa foi possível fazer a seguinte relação das edições pesquisadas (observando o recorte da pesquisa, das reportagens de capa), com as variáveis de pesquisa, com o seguinte resultado para as edições publicadas entre 2000 e 2004:

Quadro 03 – Relação das edições de 2000 a 2004, e enquadramento das matérias de capa:

Edição	Variável de pesquisa verificada por Palavra-Chave:
Janeiro de 2000	Subsistência
Fevereiro de 2000	Defesa de direitos
Março de 2000	Defesa de direitos
Abril de 2000	Defesa de direitos
Maio de 2000	Subsistência/Saúde
Julho de 2000	Defesa de direitos
Setembro de 2000	Defesa de direitos /saúde/trabalho
Novembro de 2000	Defesa de direitos
Maio de 2001	Defesa de direitos /trabalho
Julho de 2001	Defesa de direitos /trabalho
Agosto de 2001	Moradia

Novembro de 2001	Moradia
Dezembro de 2001	Moradia
Março de 2002	Defesa de direitos
Junho de 2002	Defesa de direitos
Agosto de 2002	Moradia
Novembro de 2002	Trabalho
Dezembro de 2002	Moradia
Janeiro de 2003	Defesa de direitos
Junho de 2003	Trabalho
Julho de 2003	Defesa de direitos
Agosto de 2003	Defesa de direitos /Trabalho
Julho de 2003	Defesa de direitos
Novembro de 2003	Trabalho
Janeiro de 2004	Trabalho
Março de 2004	Defesa de direitos
Julho de 2004	Saúde

Fonte: MONTEIRO, 2021.

6.1 Pesquisa – Segunda Parte – agosto de 2004 a dezembro de 2008

A edição número 123 é uma edição que não apenas informa ao leitor o episódio do "Massacre da Sé". Ela também logo na primeira página expressa o sentimento de luto, de perda e principalmente da necessidade imediata por providências aos moradores de rua da cidade de São Paulo, além de exigir uma investigação rigorosa e uma punição para os autores da chacina.

Pela primeira vez na pesquisa, a palavra-chave de pesquisa segurança está evidenciada de maneira muito explícita; neste caso, a ausência dela na primeira página do jornal O Trecheiro. É a primeira edição, desde 2000, que trata da morte de moradores de rua em série, e com o agravante de se tratar de uma ocorrência policial, com uma sequência de agressões e um número expressivo de mortes em um período de poucas horas, e a continuidade do método usado três dias depois ao da primeira madrugada de agressões e assassinatos. Paralelamente, a questão da defesa dos direitos está evidenciada pelo simples fato do direito à vida ter sido violado de maneira cruel com pessoas que dormiam em locais distantes uns dos outros.

Praticamente toda a edição de agosto de 2004 deu ampla cobertura aos eventos ocorridos nos dias 19 e 22/08. O primeiro incidente, na madrugada do dia 19, contra dez pessoas

que dormiam nas proximidades da Praça da Sé que resultou em duas mortes quando os ataques ocorreram, quatro em hospitais da região e quatro pessoas sobreviveram, quase todos com lesões na cabeça provocados por agressões com barras de ferro e pedaços de madeira. Na madrugada de 22 de agosto, sob o mesmo *modus operandi*, uma mulher foi assassinada e 4 pessoas feridas, nas imediações da praça. O Trecheiro, na página 3, em um box onde divulgava uma carta aberta à população assinada por várias entidades de auxílio ao povo da rua, instituições religiosas e organizações da sociedade civil, mostra uma relação dos locais onde o ataque do dia 19 ocorreu:

- Rua São Bento,
- Praça João Mendes,
- Rua 15 de Novembro,
- Praça da Sé,
- Rua da Glória,
- Rua Conde de Pinhal,
- Rua Tabatingüera.

É preciso ressaltar que a sequência de fatos publicados nesta edição que entrou em circulação no final do mês de agosto expôs não apenas a sequência de assassinatos, mas também deixava claro ao leitor como as mortes ocorreram: na forma de ataques de grupos contra moradores que dormiam sozinhos, surpreendidos durante o sono e por causa disso, praticamente sem chances de defesa.

Nesta edição, cabe também a crítica que o jornal O Trecheiro faz em relação ao que a questão dos moradores de rua de São Paulo no passado e naquele momento eram vistos sob a ótica dos grandes grupos de mídia. Conforme matéria assinada por Alderon Costa, coordenador da Rede Rua (entidade responsável pela edição, impressão e distribuição do Trecheiro), na página 3, esta questão é tratada da seguinte forma:

> A imprensa tem noticiado esses fatos com muita intensidade. Nestes dias os jornais de São Paulo têm dedicado muito papel para a questão das mortes das pessoas em situação de rua. Sem dúvida nenhuma que tem sido de muita importância a presença da imprensa nesses casos. Com ela as apurações estão devagar, sem ela não se teria nenhuma apuração. Só isto não basta para dizer que a imprensa tem mudado sua relação com este grupo específico que são as pessoas em situação de rua. A imprensa continua perdida, manipulando e formando opiniões preconceituosas sobre a população de rua. (O Trecheiro, agosto de 2004, Página 3).

O impacto dos eventos dos dias 19 e 22 mobilizou diversos entes do poder público federal, estadual e municipal sobre a chacina, mas sobre a busca de soluções para a população de rua não apenas da capital paulista, mas das cidades de todo o país, pouco foi debatido pelos entes federativos. Embora os homicídios tivessem gerado grande comoção nacional, poucas declarações foram feitas no sentido de discutir soluções para as pessoas que vivam nas ruas. Vale destacar as palavras do Cardeal de São Paulo, Dom Cláudio Hummes, que afirmou na edição, em carta aberta à população da cidade sobre o fato: “Essa cidade tem sim possibilidade de resgatar dez mil pessoas. Falta vontade política e vontade da sociedade e de nós todos.” (O Trecheiro, agosto de 2004, Página 4).

O evento “Ato Pela Vida”, coordenado por entidades de defesa dos direitos humanos como resposta ao massacre, e realizado também como forma de manter a questão dos moradores de rua como uma demanda urgente para ser tratada pelo poder público foi destaque na edição de setembro (número 125), sob o título “Justiça e vida digna para o povo que quer viver”.

Ainda na capa, a matéria “Policiais envolvidos” merece atenção pois aborda a questão da participação de policiais militares nas mortes e nas tentativas de homicídio do mês anterior. O histórico de agressões por parte de policiais militares e de guardas municipais contra pessoas que dormem nas ruas e calçadas da cidade, relatado por leitores do Trecheiro em edições anteriores corroboram para que o jornal passasse a cobrar uma investigação séria e, em caso de envolvimento de profissionais da PM, uma manifestação de repúdio e de punição.

IMPRESSO

O Trecheiro

Notícias do Povo da Rua

Nº 123
Ano XIV
Agosto de 2004

"Estamos de luto, mas continuamos na luta"

+ Antônio Odilon dos Santos
+ Benedito Souza
+ Cosme Rodigues Machado
+ Givanildo Amaro da Silva
+ Maria
+ uma pessoa não identificada

A equipe do jornal "O Trecheiro" quer expressar sua dor pelas mortes acontecidas nestes últimos dias na cidade de São Paulo. Como disse um vendedor da revista Ocas, o luto não é sinal de morte, mas de luta. Exigimos de todas as autoridades responsáveis a apuração dessa chacina e a devida segurança para quem tem como moradia as ruas da cidade.

Hospitalizados: Ângelo Roberto, Daniel Gomes de Souza, José Manoel, Maria de Lourdes, Messias Rodrigues Moreira, Severino Jerônimo de Oliveira, Vanderlei Moreira Alves, duas pessoas ainda não identificadas

Dom Cláudio Hummes, Cardeal da Arquidiocese de São Paulo, no ato ecumênico que aconteceu no dia 22 de agosto, na praça da Sé, cobrou uma política pública estrutural para as pessoas em situação de rua. "Não basta dá abrigo de noite, não basta dá comida, não basta levar ao hospital. Esse povo continua na rua, marginalizado, excluído. Precisa de políticas públicas estruturais que faça com que este povo possa voltar a trabalhar, possa ter capacitação para o trabalho. E os que não tem condições, por vários motivos, devem ser assumidos pelo Estado plenamente ou levados para instituições que os dêem vida digna. Essa é a posição da Igreja", resumiu o cardeal para a TV Canção Nova.

(Leia mais na página 4)

DISQUE DENÚNCIA

Se você sabe algo ligue para este número.

0800156315

não é preciso se identificar.

Imagem 07 – Capa da Edição de agosto de 2004.

Embora a repercussão do Massacre da Sé ainda estivesse repercutindo entre as entidades em favor das pessoas em situação de rua e mesmo nos grandes veículos de imprensa, por outro lado o ano de 2004 seria marcado também pelas eleições municipais na cidade de São Paulo. A manchete da edição de outubro trazia uma frase que, na visão do jornal, resumia bem o contexto geral do seu público leitor em relação aos candidatos mais bem colocados nas

pesquisas de opinião, a então prefeita Marta Suplicy (PT), que buscava a reeleição, e o candidato José Serra (PSDB). “Ninguém faz nada para mudar a situação” sintetizava a opinião de uma entrevistada, Elisabete Lopes de Souza, que expressava a falta de expectativas quanto a uma possível melhora da situação dos moradores de rua. A aparente falta de transformações que beneficiassem a situação dos moradores de rua mostrava que a questão da defesa de direitos estava em pauta: ainda que houvesse leis e decretos em vigor, elas não se refletiam em realizações concretas que auxiliassem a população em situação de rua.

Em outro texto da capa, com o título “O que a nova administração poderá fazer para a população em situação de Rua?”, a matéria reiterou questões que já se faziam presentes em edições anteriores do jornal mas, do ponto de vista do Trecheiro, pouco havia sido feito de fato: possibilidades de inserção dos cidadãos em situação de rua no mercado de trabalho, salários dignos que permitissem que as pessoas possam viver com dignidade, além de programas habitacionais, acesso à educação e a qualificação profissional e aos serviços de saúde. Observando as opiniões emitidas por pessoas entrevistadas, as questões do trabalho e de saúde estavam em evidência nesta edição, além de habitação.

A urgência no atendimento às questões primordiais para que as pessoas pudessem deixar de viver nas ruas foi estampada com um ditado popular em grande destaque publicado na edição número 126. “Governo é igual feijão, só fica bom sob pressão” foi a maneira que o Trecheiro buscou para expressar a necessidade de que as entidades em defesa das pessoas em situação de rua precisam exercer sob o poder público no atendimento de suas necessidades, com o texto noticiando o Encontro Nacional de fé e Política, em Londrina (Paraná), com a participação de diversas entidades de diversos movimentos sociais e a 1ª Conferência Nacional Terra e Água, em Brasília, que contou com a participação de grupos em defesa da dos trabalhadores do campo.

O Trecheiro deu continuidade à cobertura das investigações sobre o Massacre da Sé, com a matéria “Quem matou os moradores de rua?”. Com quatro meses, havia poucas informações sobre o andamento das investigações policiais sobre os assassinatos e o jornal questionou abertamente a falta de agilidade e da ausência de informações básicas, como a autoria dos homicídios e das agressões, as motivações por trás dos crimes, e principalmente sobre a possibilidade de novas mortes ocorrerem, devido à possibilidade de impunidade dos mandantes e dos autores das mortes do Massacre da Sé. Na página 3, na continuidade da matéria “Quem matou os moradores de rua?”, a reportagem com o título “Vamos continuar a gritar

até que alguém nos ouça”, após um ato pelos três meses da morte dos moradores de rua na madrugada do dia 19/08, o jornal noticiou o evento e o encontro, com a entrega de uma carta pelo andamento das investigações e pela punição aos culpados ao Secretário de Segurança Pública, Saulo de Castro. Esta matéria, sob o tema da segurança, reflete tanto a preocupação das entidades em defesa da população de rua pelo esclarecimento do caso do Massacre da Sé, quanto da garantia de que fatos semelhantes não ocorram mais.

Na mesma matéria, a indignação pela possibilidade de impunidade aos policiais que haviam sido presos preventivamente, acusados de participação nos crimes, estava no seguinte trecho da reportagem: “No dia seguinte, a imprensa divulgou que os acusados foram soltos por falta de provas. Quando teremos uma justiça séria neste país?”. A soltura dos acusados havia ocorrido no dia 20 de novembro, com o fim do período da prisão preventiva, onde os acusados passariam a responder ao processo em liberdade, sem qualquer início de que outros policiais poderiam estar envolvidos na chacina.

Se as investigações do Massacre da Sé transcorriam em ritmo lento, a edição de dezembro, número 127, noticiou a visita do Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva à Casa de Oração do povo da Rua, no contexto das celebrações de final de ano promovidas pela Pastoral do povo da Rua, sediada naquele local. Na ocasião, foram celebrados os avanços em prol dos catadores de materiais recicláveis e nas palavras dos representantes dos moradores de rua, e foram sugeridos que as mesmas políticas aos catadores pudessem ser ampliadas para a população de rua, integrando estes segmentos na geração de emprego e renda.

Coube na ocasião a fala do Cardeal da Arquidiocese de São Paulo, registrada na reportagem, que lembrou a descontinuidade do programa das Frentes de Trabalho da prefeitura, onde após o período de nove meses as pessoas em situação de rua perderam sua fonte de renda, impossibilitadas de terem condição de ter um lar e de se manterem após o encerramento dos contratos.

O ano de 2005 começou com uma crise financeira das Organizações Sociais que administravam os albergues da rede municipal com a prefeitura de São Paulo. Aqui, vale destacar a criatividade e uma boa dose de ironia do jornal O Trecheiro: Ao mesmo tempo em que trazia um texto explicando a falta do repasse de verbas para a manutenção dos abrigos municipais, que se não fosse resolvida em tempo hábil poderia colocar milhares de pessoas de volta às ruas, na capa havia uma sequência de fotos de uma oficina de dança e música promovida pela Associação

Minha Rua Minha Casa, que organizava para o Carnaval daquele ano um pequeno bloco de rua formado por moradores de rua que frequentavam o espaço e utilizavam os serviços que eram oferecidos. Desta forma a dualidade da manchete da edição de janeiro: “Povo da rua dança” (numa associação do duplo sentido do verbo dançar). A capa desta edição trazia, entre outros destaques, as chamadas para duas matérias de interesse da população de rua em relação ao poder público.

As questões que envolvem diretamente os albergues da prefeitura por sua vez são compreendidos como questões de moradia, uma vez que estes serviços da prefeitura em tese deveriam ser temporários até o encaminhamento e reinserção do indivíduo na sociedade, o que na prática poucas vezes ocorre: muitos permanecem por anos, migrando de um abrigo a outro, intercalando com períodos em que busca abrigo debaixo de viadutos e outros logradouros públicos, sem uma resolução definitiva.

Com a eleição de José Serra nas eleições municipais de 2004 e a formação de uma nova gestão da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, o secretário Floriano Pessaro realizou uma visita às entidades conveniadas da prefeitura, como forma de conhecer pessoalmente as atividades desenvolvidas e saber as demandas individualizadas de cada entidade e local de atendimento, com uma matéria completa e uma entrevista com o novo gestor, que esclareceu sobre a grave crise financeira em que se encontrava a antiga Secretaria de Assistência Social, prometendo reavaliar as atividades e as entidades prestadoras de serviço, buscando realizar os repasses de recursos com mais retorno do ponto de vista social, além do compromisso em tirar crianças das ruas e promover programas de transferência de renda e de qualificação profissional em parceria com sindicatos, na matéria “Secretário inicia visitas aos projetos de atendimento”, em uma matéria com referências à questões do trabalho, pela criação e promoção de políticas públicas de criação de vagas de emprego.

“Barbárie com o Povo da Rua ainda não tem apuração séria”, por outro lado, fazia referência à matéria da página 3: “Chacina: Seis meses sem apuração”. O Trecheiro continuava a fiscalizar o andamento das investigações, que no início de 2005 praticamente não tinham andamento após a soltura de três acusados que foram soltos por falta de provas. Na mesma matéria, outro tema foi abordado: com o encerramento do programa Bolsa Aluguel, muitas pessoas haviam sido despejadas dos locais em que residiam através do auxílio da prefeitura e retornaram a morar nas ruas da cidade, programa este que havia sido iniciado anos antes, como

forma de dar moradia a pessoas que, entre outros locais, moravam debaixo de viadutos de pontes, como foi mostrado no Trecheiro nas edições número 91 e 92.

A questão do retorno dos moradores aos viadutos foi tema da capa da edição de março e abril de 2005. “Nova Ocupação!”, com referência à chamada “Operação Limpa” da prefeitura que buscava impedir a ocupação dos vãos por pessoas em situação de rua mostrou o conflito entre a necessidade das pessoas em ter um local para se abrigar e a repressão do poder público com o uso das forças policiais em impedir a permanência das pessoas nesta condição.

No editorial da edição, (número 130), um trecho, reportado por um integrante do jornal que se encontrava presente no momento de uma desocupação, mostra bem como estava sendo tratada a questão das pessoas em situação de rua naquele período:

> “O Trecheiro presenciou uma dessas ações no minhocão que fica na Av. Amaral Gurgel, e pôde sentir na própria pele a visão que a polícia tem dessa população. Simplesmente, recolheram os pertences das pessoas e as expulsaram do local. Aqueles que resistiam eram levados para a delegacia para fazer o Boletim de Ocorrência por desacato a autoridade. Questionado por que não tinha nenhuma assistente social, o oficial, com toda sua autoridade, questionou o repórter: “você está querendo me ensinar a trabalhar?”. Ao ver uma câmera de vídeo, ele a requisitou para ver o que tinha sido gravado, num gesto de clara intimidação. O caminhão com os pertences das pessoas estava escoltado por dois carros de polícia e o viaduto guardado por quatro PM que usavam bicicletas. As pessoas simplesmente mudaram de lugar e tiveram de buscar comida e roupas para continuar sobrevivendo. Faltou colocar a faixa no viaduto: sob nova direção!” (O Trecheiro, Número 130, março e abril de 2005).

Na mesma edição, O Trecheiro informava ao leitor sobre o encontro do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, com trabalhadores da Frente de Trabalho Especial, iniciativa do governo estadual em dar vagas de trabalho para pessoas em situação de vulnerabilidade social, no Arsenal da Esperança, um dos maiores albergues da capital paulista em número de pessoas atendidas.

Embora não houvesse referências diretas na capa da edição, a reportagem da página 3 “Mais uma vez a Prefeitura de São Paulo deixa a população na mão” merece destaque, dentro do contexto de ações da prefeitura em relação à população de rua. No Fórum da População em Situação de Rua realizado no dia 2 de abril de 2005, o encontro foi marcado pela promessa de comparecimento e posterior ausência dos secretários municipais de Assistência e Desenvolvimento Social e de Habitação.

IMPRESSO

O Trecheiro

Notícias do Povo da Rua

Nº 130
Ano XIV
Março e Abril de 2005

Rede Rua de Comunicação - Rua Sergipe Marrara, 158 – Casa 09 – Bela – 03008-010 São Paulo SP – Fone - 3227-6602 - 3311-6462

Nova ocupação!

"Operação Limpa" expulsa moradores dos viadultos

Moradores do viaduto da rua Amaral Gurgel, centro de São Paulo são expulsos pela Polícia Militar. Hoje, continua morando na própria viaduto, um pouco mais adiante

O Rio de Janeiro enfrenta uma terrível onda de chacinas cujas primeiras investigações apontam para integrantes da própria polícia. As chacinas do Rio de Janeiro, como as de São Paulo indicam o despreparo da polícia, em particular da Polícia Militar. O massacre dos pessoas que dormiam nas ruas do centro de São Paulo, em agosto de 2004, ainda está sem explicações e seus autores continuam impunes. Teria sido a ex-vereadora Aspásia Camargo, falta Lemgruber, se disse: "Mais do que ninguém, os próprios policiais sabem que crime contra pobre não tem investigação". A população de rua, os moradores e a cidade exigem justiça! Não é impunidade! Ou, porque são moradores de rua os assassinos são precisamente sem punidos? O Ministro da Justiça e outras autoridades, pressionados no primeiro ano contra as mortes em São Paulo, declararam que os responsáveis iriam à justiça prestar contas. Até hoje, nada foi feito. Está que vão esperar uma outra chacina para que haja uma comoção nacional? Enquanto a impunidade persiste neste país, a população de rua volta a ser alvo das co-

ilhas das operações-limpeza, ou quais a polícia militar passa a ser usada para retirar moradores de rua. Como já aconteceu em governos passados, verifica-se a violência, a falta de diálogo e a covardia com as pessoas fragilizadas social e fisicamente. (página 2, editorial)

Não poderia eu falar de amor sem falar da mulher

Não poderia eu falar de amor sem falar da mulher
O amor é assimétrico é numérico é sincero, sim a amor é completo.
O amor ama sem cobrar.
O amor aprende a perdoar.
Os defeitos o amor aprende a perdoar.
O amor corrige sem criticar.
O amor sem saber já esta amando.
O amor sem flechas: já foi flechado.
E no medo de amar já esta amando.
O amor no engano se magoa.
O sincero ele perdoa.
O carnal acaba aqui
O amor sincero não tem fim.
O amor espera pra conquistar
O amor sabe esperar.
O amor espera na gravidez.
O amor espera os nove meses.
O amor nasce e não vê dor.
Porque na dor o filho chegou.
O amor espera o espaço chegar.
O amor que o filho aos avós mostra.
E esse amor é a mulher.
Que ama e sabe o que quer.
Que ama e sabe querer.
E diz nasci só pra você.
Que ama a mãe e ama o pai.
E ama a todos bem de mais.
Por seu marido tem amor.
Cuida dos filhos com calor.
Mulher avó mulher tia.
Mulher que sofre noite e dia.
Parabéns pelo seu dia.
E não posso esquecer.
O meu muito obrigado por me permitir nascer...

MARIVALDO DA SILVA SANTOS, membro do grupo de "A Gente de Saúde" - desenvolve trabalho de saúde com as pessoas em situação de rua.

Frente de trabalho faz reunião com o governador

No dia 5 de março de 2005, mais de 200 pessoas em situação de rua, participantes da Frente de Trabalho Especial, se reuniram, no Arsenal da Esperança com o Governador Geraldo Alckmin para apresentar os primeiros resultados da Frente.

Solemar Rosa de Jesus, empregada na Frente de Trabalho Especial, trabalha como ajudante geral de cozinha, na Casa de Convivência São Martinho de Lima. Segundo ela, a frente ajudou muito a família, o problema é que daqui a quatro meses vai ficar desempregada.

Marcha Nacional pela Reforma Agrária

O Dia do Trabalho, 1º de Maio, será marcado pelo início da Marcha Nacional pela Reforma Agrária que sairá de Goiânia em caminhada até Brasília. Milhares de militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e outras outras organizações sociais que lutam pelo direito ao trabalho participarão. Antes, essas organizações realizarão manifestações e atos públicos em seus Estados e cidades e só depois saírão em caravana com destino à Goiânia. A marcha quer reivindicar que o governo Lula cumpra o Programa de Reforma Agrária.

Imagem 08 – Capa da Edição de março e abril de 2005.

"Impunidade, até quando?" era a manchete do Trecheiro na edição de maio de 2005. Oito meses após os crimes na região central da cidade, a falta de informações sobre o andamento das investigações era um fator de constante inquietação e indignação do jornal, cujos autores do massacre permaneciam sem identificação.

Na matéria "Protesto lembra oito meses do massacre", a reportagem do jornal informou que dois promotores da Polícia Civil estavam empenhados em investigar as mortes a

partir das investigações de atividades de crime organizado no centro de São Paulo, mas, sem novos indícios ou o depoimento de testemunhas, o andamento dos trabalhos se tornava cada vez mais complexo. A capa trazia também um recorte do jornal Folha de São Paulo, do dia 11 de maio de 2005, onde o recorte trazia a matéria com o título “Procurador-geral nega pedido de federalização da morte de 7 em São Paulo”. Para o jornal, a transferência da investigação seria uma possibilidade maior de elucidação dos fatos e de identificação dos culpados pelas mortes e pelas agressões. Fotos de cartazes exibidos em um protesto no dia 19 de abril ilustravam a edição 131 com frases como “queremos agilidade no processo” “até quando esperar?” e “queremos justiça”.

As bandeiras de luta da população em situação de rua e dos catadores de materiais recicláveis convergiram novamente na edição 132, na cobertura do jornal do 15º Dia de Luta do Povo da Rua. A manchete “O povo da rua organizado” direcionava para a matéria da página 4, “Povo de rua não que esmolas, quer direitos!”. Na oportunidade, os catadores reivindicavam o veto ao projeto de Lei Municipal 171/2004, que tratava do cadastramento e regularização da atividade dos catadores e que, segundo representantes da categoria, inviabilizaria a atividade destes trabalhadores.

Para as pessoas em situação de rua, várias pautas foram debatidas no encontro dos representantes com o secretário municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, entre elas: a truculência das ações das equipes da prefeitura na remoção forçada de moradores que ocupavam espaços públicos, a irregularidade no repasse de verbas para as organizações sociais dedicadas ao atendimento da população de rua, o que prejudicava a qualidade da prestação de serviços, e o aumento expressivo da quantidade de pessoas vivendo nas ruas, principalmente nos bairros da região central de São Paulo. Do encontro, ficou a promessa do secretário em equacionar os problemas pontuais apresentados.

Com a chegada do inverno, a edição de julho (133) colocou um destaque na primeira página a respeito da Operação Frentes Frias, criada pela prefeitura todos os anos e que visa recolher pessoas neste período quando as baixas temperaturas podem provocar hipotermia e morte de pessoas que estejam ao relento das ruas, com números de telefone para contato no período de operações, entre os dias 15 de junho e 30 de setembro. Usando o trocadilho de “fria” com uma situação desfavorável ou desagradável, a manchete “Estamos numa fria” comparou o período de baixas temperaturas no país com a situação das pessoas em situação de rua,

relembrando sobre o massacre da Sé e a impunidade que permanecia. Aqui, temos as pautas de moradia e segurança presentes.

Massacre este que estava próximo de completar um ano e a edição de agosto de 2005 deu destaque aos protestos organizados por movimentos sociais e religiosas em defesa dos direitos humanos no mês anterior. Na matéria de capa “Continua a impunidade! Até quando?”, o final do texto sintetizava o que de fato ocorreu nos doze meses de investigação policial e judicial:

> “Neste mês, o massacre do povo da rua completa um ano, e pouco ou quase nada foi apurado. Mais uma vez o poder público não apresentou respostas concretas para os manifestantes; restou apenas a promessa do procurador-geral de agilizar o processo.” (O Trecheiro, número 134, agosto de 2005)

A edição informava ao leitor sobre o Ato Pela Vida que ocorreu no dia 19 de agosto, ao meio-dia, na escadaria da Catedral da Sé. A data mercava o primeiro ano do Massacre da Sé, e na edição de setembro (número 135), a matéria “Pela décima segunda vez o povo da rua protestou contra a injustiça e a violência”.

Apesar da prisão de quatro policiais militares acusados do homicídio de Priscila Machado da Silva, no dia 23 de março (Priscila havia presenciado a morte de Maria Aparecida na madrugada do dia 19 de agosto de 2004), e da possibilidade de ligações entre os crimes em datas diferentes, a falta de informações públicas sobre o andamento dos inquéritos policiais ainda era agravada pela morte de testemunhas que deram informações sobre o massacre e que estavam sendo assassinadas e o medo de outros que presenciaram os crimes da madrugada do dia 19 de agosto de 2004 e que, temendo ter o mesmo destino, se omitiam em dar informações às autoridades. A reportagem informava que outra testemunha havia sido morta em maio de 2005, o que aumentava ainda mais o medo e a insegurança das pessoas que viviam nas proximidades da Praça da Sé e em todo o centro da cidade.

“Arquitetura da Expulsão”, na capa da edição de outubro de 2005 fazia uma crítica às reformas urbanas que, na visão do jornal, eram concebidas para evitar a permanência das pessoas nas ruas da cidade, em contraste com a promessa de melhorias no atendimento às pessoas em situação e rua, mas sem ações efetivas no aspecto da moradia, o que fazia com que muitas pessoas continuassem a viver debaixo de pontes e viadutos. O Trecheiro trazia na capa da edição do mês de outubro de 2005:

> “Mais rampas e grades para a cidade de São Paulo. Inauguração de dois novos albergues. Processo de expulsão da Coopamare. Despejo de sem-tetos. Promessa de melhoria da rede de proteção para as pessoas em situação de rua. Mudança na estrutura do Projeto Boracea. Enfim, qual a política da administração do prefeito José Serra para a população em situação de rua? Por um lado, há uma clara política de expulsão dos pobres do centro e, por outro, um discurso de inclusão e melhoria da rede de proteção?” (O Trecheiro, edição 136, outubro de 2005, capa).

A capacidade de mobilização das organizações sociais teve um resultado importante no início do mês de novembro. Com a rejeição da denúncia e da ordem de prisão de cinco policiais e de um segurança particular suspeitos de participação no Massacre da Sé, no dia 8 de novembro o Trecheiro noticiou o protesto de cerca de 200 manifestantes que, revoltados com a decisão e os argumentos da decisão do juiz responsável pelo caso, seguiram em passeata da Praça da Sé até o Tribunal de Justiça de São Paulo. A repercussão da decisão judicial provocou o afastamento do juiz Richard Francisco Chequini, por parte do ministério público, sob a alegação de imparcialidade na decisão.

No texto da capa, “Um massacre que não tem nenhuma singeleza, Sr. Juiz” (ironizando um termo usado no texto da decisão do juiz), foi relatado que havia ocorrido um homicídio no bairro do Jabaquara (Zona Sul de São Paulo), de mais um morador de rua, além das vítimas do Massacre da Sé e das mortes de testemunhas do massacre em outras ocorrências policiais.

No início de 2006, na edição de fevereiro (número 140), o conflito entre os catadores de materiais recicláveis, representados pela cooperativa Recifran (Serviço Franciscano de Apoio a Reciclagem) e a prefeitura de São Paulo ganhou destaque sob a manchete “Onde reciclar?”, com o conflito pelo uso de vão entre viadutos e espaços abaixo de pontes da região central como espaço para separação de material reciclável. O texto também informa que o espaço usado pela Recifran no bairro do Glicério havia sofrido tentativas de incêndio na noite anterior à remoção. A questão da atividade dos catadores de material reciclável voltava a ser pautada pelo jornal, mostrando como o tema trabalho, dentro da realidade dos catadores de materiais, ainda era uma questão a ser equacionada, dado a fragilidade econômica dos mesmos, cuja renda era variável e estavam sujeitos a situações de desocupação dos locais de triagem, separação e encaminhamento do material coletado.

A questão da moradia, principalmente no que se refere à ocupação de prédios abandonados na cidade, voltaria a ter o seu espaço ao ser publicada uma reportagem sobre uma

ocupação irregular de imóvel. “Despejo da ocupação Prestes Maia é adiado” informava sobre a prorrogação do prazo de desocupação de um edifício que abrigava dezenas de famílias sem-teto, com a possibilidade de transformação do local em moradia popular permanente, intermediada pelos vereadores João Antônio e Sônia Francine (ambos do PT) junto ao proprietário do prédio.

IMPRESSO

O Trecheiro

Notícias do Povo da Rua

Nº 140
Ano XV
Fevereiro de 2006

Catadores resistem à ação da Prefeitura

Onde reciclar?

Despejo da ocupação Prestes Maia é adiado

"A gente vive disso, vai lutar e não vai desistir"

Brasil: MASSACRES = IMPUNIDADES

Dia 20 de fevereiro, segunda-feira, às 15 horas
Escadarias da Catedral - Praça da Sé

Imagem 08 – Capa da Edição de Fevereiro de 2006.

A escalada de violência contra pessoas em situação de rua estava presente na edição de abril e maio de 2006. Na capa, a matéria relata atos de violência ocorridos contra moradores

de rua e pessoas em vulnerabilidade social, incluindo uma morte no bairro do Belém por disparos de arma de fogo. Na mesma matéria, “É o fim da linha?”, foi informado ao leitor uma reunião entre a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Câmara Municipal de São Paulo com a Guarda Civil Metropolitana no dia 13 de abril. Em pauta, a denúncia de moradores de rua contra os guardas da GCM, que promoveram situações de violência contra pessoas nas ruas e no Oficina Boracea, albergue referência no atendimento e prestação de infraestrutura para catadores de material reciclável.

IMPRESSO

O Trecheiro

Notícias do Povo da Rua

Nº 142
Ano XV
Abril e Maio de 2006

É o fim da linha?

Imagem 08 – Capa da Edição de abril e maio de 2006.

“Despejo sem Negociação” foi a matéria que estava na edição de junho, informando sobre uma retirada de moradores no viaduto Aricanduva (Zona Leste da cidade). Segundo a reportagem, 21 famílias foram removidas e seus barracos de madeira, destruídos. Ainda no texto, representantes do Conselho Tutelar buscavam tomar providências quanto às crianças que

moravam no espaço ocupado pelas famílias, enquanto os pais e responsáveis não tinham para onde se estabelecer, além de escolher as opções oferecidas pelo poder público: passagens de ônibus interestaduais para outra localidade, transporte dos pertences para outro lugar ou vagas em albergues. Esta matéria é um exemplo de como o tema da moradia estava se expandindo em termos de abrangência geográfica nas páginas do jornal O Trecheiro, cobrindo também ocorrências de remoções de ocupações fora da região central da capital paulista

Com uma pequena chamada na edição de agosto para a segunda edição do "Ato Pela Vida", e uma matéria completa na edição de setembro, o Trecheiro realizou a cobertura do ato que marcou os dois anos do Massacre da Sé. A falta de empenho do Poder Judiciário em dar celeridade às investigações pode ser resumida nas palavras de Carlos Henrique Cardoso, integrante do Conselho do Movimento Nacional da População de Rua:

> "Hoje avançamos um pouco com a entrega ao presidente da Comissão de Direitos Humanos do pedido de federalização do massacre. O que está emperrado mesmo é a questão da Justiça. Um dos promotores do caso, que trabalha há 18 anos na profissão, disse que nunca houve na história de São Paulo, um juiz não acatar denúncia do Ministério Público. Há uma falta de vontade do juiz em relação à impunidade. Eles não querem resolver o problema do massacre". (O Trecheiro, nº 147, setembro de 2006)

A reportagem também trazia a continuidade dos representantes da população de rua em federalizar as investigações do massacre, demonstrando insatisfação com a atuação do Poder Judiciário de São Paulo no caso.

A primeira edição do ano de 2007 denunciou a violência da Guarda Civil Metropolitana contra participantes do 3º Natal Solidário, que seria realizado no vale do Anhangabaú, organizado pelo Movimento Nacional de Luta em Defesa dos Direitos da População de Rua (MNPR). Sob o título "Até quando vai acontecer este tipo de violência", a divulgação de uma carta aberta do MNPR, denunciando entre outros atos de abuso de autoridade da GCM paulistana, o confisco das cestas de Natal que seriam distribuídos para pessoas em situação de rua.

Na primeira matéria da capa, "Corra!!! A polícia chegou", o texto explica o transcorrer dos acontecimentos desde o início da tarde do dia 24; apesar do ato na véspera de Natal de 2006 ter sido organizado e planejado com entidades municipais e com o apoio de organizações e da Caixa Econômica Federal (entre outras, que doaram as cestas de Natal que seria distribuídas e que foram tomadas pelos guardas municipais), o ato praticamente foi inviabilizado da sua proposta original, que seria organizar um evento até a tarde do dia seguinte, com shows de

música e eventos para a população de rua. A análise de pesquisa aqui é o da segurança, no sentido do abuso de autoridade injustificado e contra uma ação social.

A tentativa de manter diálogo constante dos representantes das entidades de defesa dos moradores de rua e o poder público municipal teve destaque na edição de abril de 2007, na cobertura do evento “Portas de Saída”, ocorrido com a presença do secretário de Assistência e Desenvolvimento Social, Floriano Pessaro. Apesar do trabalho na maior cidade do país ser uma referência nacional neste setor, o próprio secretário admitia as limitações do poder público, ao afirmar: “Não é um mérito desse governo, mas é um acúmulo de trabalho na área. São Paulo é referência, mesmo que os serviços ainda não deem conta da demanda de 12 mil pessoas em situação de rua em São Paulo.” (O Trecheiro, número 157, abril de 2007).

A reportagem da página 4 era a matéria principal da chamada de capa “Quais são as portas de saída?”, cujo texto dava ênfase aos problemas enfrentados pelas pessoas em situação de rua, principalmente as denúncias de violência policial e a falta de programas que realmente pudessem ser eficientes para solucionar os problemas de forma a reinserir estes cidadãos de maneira digna na sociedade, tirando-os da condição de indigência nas ruas e calçadas das grandes cidades. Nesta edição, embora a matéria jornalística tenha tratado temas de interesse geral do encontro que poderiam caracterizá-lo sob a defesa de direitos, as demandas relacionadas com à segurança são nítidas, possivelmente pela repercussão da ação da GCM na apreensão das cestas de Natal no mês de dezembro de 2006.

Dois acontecimentos caracterizaram a edição de julho: A primeira foi a condenação de Francisco Eduardo da Silva pela coparticipação da morte de Priscila Machado da Silva. Priscila havia sido testemunha da morte de Maria Aparecida (conhecida pelo codinome de “Maria Baixinha”) no contexto de agressões e assassinatos conhecidos como “Massacre da Sé”, em 2004, e posteriormente assassinada na noite do dia 23 de maio de 2005. O jornal informou ao leitor também a situação judicial dos demais acusados do homicídio, acusados de participar do assassinato de 2005.

A segunda notícia de destaque é uma decisão judicial que obrigava o município de São Paulo a prorrogar o pagamento do auxílio Bolsa Aluguel para 1473 famílias da cidade. Essa decisão beneficiava moradores que, caso tivessem o benefício interrompido, voltaria a morar nas ruas e em ocupações irregulares pela cidade, a maioria que já haviam saído das ruas em anos anteriores e que ainda se encontravam em situação de vulnerabilidade social, na sua maioria

famílias. A decisão havia sido iniciativa do Grupo Especial de Inclusão Social do Ministério Público junto à 7ª Vara de Fazenda Pública, mas que poderia caber recurso da decisão judicial, caso o poder municipal optasse por não continuar o pagamento do benefício às famílias.

Agosto de 2007 foi marcado pelos três anos do Massacre da Sé, e o jornal destacava o fato de que as mortes de 2004, incluindo a execução de Priscila Machado da Silva em 2005 (testemunha de um dos assassinatos no ano anterior e que O Trecheiro associava aos mortos nos atos brutais, por conta da relação entre os homicídios) continuavam impunes, apesar da condenação em primeira instância de um dos assassinos de Priscila. O Massacre da Sé e seus desdobramentos continuavam a colocar a primeira página como local do jornal O Trecheiro como uma espécie de retrato fiel da insegurança que a população de rua vivia naquele momento e como o tema segurança, uma das variáveis de pesquisa, passou a ter forte presença na análise das edições do jornal.

Do ponto de vista de políticas públicas a nível nacional, dentro do contexto da defesa de direitos da população em situação de rua, "Contagem em 60 cidades brasileiras" informava a realização de um censo promovido pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), no sentido da realização de um censo nacional para a contagem da quantidade de cidadãos em situação de rua em 23 capitais e outras 37 cidades (exceto de São Paulo, Belo Horizonte e Recife, cujos municípios realizam contagens próprias e também por possuírem dados quantitativos sobre este público). Um trecho da matéria mostra a importância desta ação do governo federal no sentido de promoção de políticas públicas:

> "Para Tânia Maria Ramos Costa, da Pastoral da População de Rua do Rio de Janeiro, a pesquisa vai apresentar um retrato da realidade. "A pesquisa chega em uma boa hora, porque existe um anseio do povo da rua de ser gente. A população de rua nunca foi contada pelo IBGE por não ter moradia fixa. Agora ele entra numa contagem como pessoa, como cidadão", afirma Tânia" (O Trecheiro, Número 159, setembro e outubro de 2007).

Mais uma vez, uma operação da prefeitura resultou em prejuízos para os catadores de materiais recicláveis foi matéria na primeira capa do Trecheiro. "Sem lugar" mostrou uma ação do poder público municipal que derrubou um muro e executou uma ação de limpeza em um local cedido para a cooperativa Cooper Brasil no bairro do Glicério, região central da cidade. Na reportagem, o coordenador de Ação Social da subprefeitura da Sé Renato Barreiro afirmou para a reportagem desconhecer a ação: "Foi uma demanda da PM para o nosso setor de obras e,

infelizmente, não me consultaram ou sequer me avisaram". (O Trecheiro, número 162, janeiro e fevereiro de 2008, página 1).

A mesma matéria trazia uma declaração do Subprefeito da Sé, Andrea Matarazzo, que afirmou que durante a ação da equipe do Alô Limpeza, deslocada para fazer a suposta limpeza do local, havia derrubado o muro "por engano", mas que os catadores poderiam permanecer no mesmo local até que um novo local, considerado mais adequado ficasse pronto. O texto ainda destacou a truculência da ação quando, nas declarações de catadores que estavam trabalhando no local, foram surpreendidos com a chegada da polícia militar, que usou spray de pimenta para dispersar os trabalhadores do local e da prisão do coordenador do Movimento Nacional de Catadores, Roberto Laureano da Richa, que ao tentar registrar a ação teve sua câmera apreendida pelos policiais. Uma parte da matéria retratou a ação, do ponto de vista de uma trabalhadora do local e que foi surpreendida pela ação: "A catadora Joana Gonçalves, contou que teve suas roupas e documentos levados pela equipe da limpeza. 'A gente estava separando o material reciclável quando eles chegaram levando tudo, até o dinheiro da nossa mercadoria'". (O Trecheiro, número 162, janeiro e fevereiro de 2008, página 1).

Uma demanda antiga dos moradores foi atendida pela prefeitura e noticiada na edição número 163 (março e abril de 2008). O início das atividades de uma unidade do AMA (Assistência Médica Ambulatorial) em um local dentro do Albergue Boracea (um dos maiores da cidade em quantidade de pessoas abrigadas) permitiu a proximidade de atendimento clínico de moradores de rua encaminhados pela Central de Atendimento Permanente de Emergência – CAPE, mas que estava disponível para toda a população, estando ou não em situação de rua. O centro de saúde passou a oferecer além de atendimento em Clínica Geral a possibilidade de realização de exames como Radiografia, Eletrocardiograma e Exames de Laboratório. Foi a primeira unidade de um total de sete unidades previstas, na matéria "AMA para a população de rua".

Mas, com maior destaque havia a reportagem sobre o procedimento adotado por profissionais da limpeza urbana na Praça da Sé que, sob o olhar de Guardas Civis Metropolitanos, foram os protagonistas de mais um episódio de agressão física e apropriação indevida de pertences de moradores de rua, para liberação do espaço para lavagem e higienização semanal com água e desinfetante. O Trecheiro descreveu a cena após o incidente: "Os sinais da violência estão estampados no rosto de Manoel Domingos da Rosa Neto, na parede da catedral que ainda guarda respigos (sic) de sangue e na indignação de quem presenciou a truculência dos garis com

o consentimento da Guarda Civil Metropolitana (GCM).” Nesta ordem, os temas desta edição estavam delimitados dentro dos contextos da segurança e da saúde:

IMPRESSO

O Trecheiro

Notícias do Povo da Rua

Nº 163
Ano XVIII
Março e abril de 2008

Rede Rua de Comunicação - Rua Sampaio Moreira, 110 - Casa 9 - Brás - 03008-010 São Paulo SP - Fone - 3227-8863 - 3291-6642

Olha o rapa de novo!!!

Além da tradicional violência da GCM, a população de rua sofre agora com a ação violenta dos garis.

Não posso dizer amém

AMA para a população de rua

Imagem 08 – Capa da Edição de Março e Abril de 2008.

A divulgação da Operação Frentes Frias, que ampliava de forma temporária o número de vagas em albergues da prefeitura foi a matéria da capa de maio (número 164), foi informada a partir de informações obtidas junto à SMADS (Secretaria de Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social). A novidade seria a integração de ações com a Secretaria Municipal de Saúde para o encaminhamento de pessoas que necessitavam, antes de vaga nos abrigos, a possibilidade de atendimento no sistema público de saúde nos casos em que houvesse necessidade de atendimento médico de urgência e emergência, na abordagem dos agentes sociais do CAPE às pessoas nas ruas. A chegada do inverno demandava por abrigos temporários

emergenciais, fazendo com que o tema da reportagem fosse direcionado para a questão da moradia.

As ações violentas do poder público continuaram a ser noticiadas pelo Trecheiro na edição de julho de 2008 (número 167). Os relatos de ações desumanas por parte dos funcionários de limpeza urbana que utilizaram jatos de água na direção dos moradores de rua, molhando cobertores e caixas de papelão usados pelos mesmos para se proteger do frio da noite era uma triste rotina para estas pessoas, o que por consequência aumentava ainda mais a possibilidade dessas pessoas sofrerem com a hipotermia provocada pela impossibilidade de se aquecer durante a madrugada.

Três incidentes de violência por parte da Polícia Militar foram registrados na edição. O primeiro relatou um ato de violência física contra pessoas que aguardavam encaminhamento par albergues da prefeitura na Praça da Sé na noite do dia 3 de julho, na Praça da Sé, ato que foi presenciado pelo representante do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR), Anderson Miranda, que segundo o jornal tentou argumentar com os agentes de segurança para que os moradores de rua que esperavam por encaminhamento par albergues não fossem agredidos e dispersados.

O segundo ocorreu no dia seguinte no Largo São Francisco, à meia-noite, quando a iluminação pública foi subitamente desligada e os moradores foram expulsos do local. Em 8 de julho, integrantes do MNPR e do jornal o Trecheiro receberam a informação da ocorrência de mais um ato de dispersão forçada na Praça da Sé, e ao chegar no local verificaram a presença ostensiva de policiais com frascos de spray de pimenta em mãos e abordando pessoas que queriam simplesmente permanecer na praça.

O registro e os relatos dessas ações desumanas tiveram resposta por parte do Ministério Público de São Paulo que no dia 14 de agosto de 2008 realizou audiência pública para tratar das denúncias de violência contra cidadãos em situação de rua no centro da cidade. No evento, foi levantada a possibilidade de correlação entre as ações e as iniciativas da chamada “Aliança pelo Centro Histórico”, grupo da sociedade civil que buscava revitalizar o centro de São Paulo e que, entre outras iniciativas de revitalização urbana, exigia a retirada dos moradores de rua do centro.

Na ocasião, Eduardo Dias de Souza Ferreira, promotor de justiça do Centro de Apoio Operacional Cível e Tutela Coletiva do MP-SP e um dos coordenadores da audiência pública fez

uma observação sobre a questão urbana e que foi registrada desta forma pela matéria na capa da edição número 168, de agosto de 2008:

> "Dr. Eduardo que colaborou no encaminhamento das discussões fez referência a processos em andamento no Ministério sobre o tratamento dispensado às pessoas em situação de rua e estranhou a ausência de organizações e da população de rua organizada nas discussões ocorridas na "'Aliança pelo Centro Histórico'". (O Trecheiro, número 168, agosto de 2008).

No término desta segunda e última etapa de pesquisa, os dados das edições entre agosto de 2004 e 2008 foram relacionados desta forma, com suas respectivas variáveis observadas em cada edição:

Quadro 04 – Relação das edições de 2004 a 2008, e enquadramento das matérias de capa:

Edição	Variável de pesquisa verificada por Palavra-Chave:
Agosto de 2004	Segurança/Defesa direitos
Outubro de 2004	Trabalho/Saúde/Moradia
Novembro de 2004	Defesa direitos/Segurança
Dezembro de 2004	Trabalho
Janeiro de 2005	Moradia
Fevereiro de 2005	Segurança/Trabalho
Março de 2005	Moradia/Segurança/Trabalho
Maio de 2005	Segurança
Julho de 2005	Moradia/Segurança
Agosto de 2005	Segurança
Setembro de 2005	Segurança
Outubro de 2005	Moradia
Novembro de 2005	Segurança
Dezembro de 2005	Trabalho/Moradia
Fevereiro de 2006	Trabalho/Moradia
Abril de 2006	Segurança
Junho de 2006	Moradia
Setembro de 2006	Segurança
Janeiro de 2007	Segurança
Abril de 2007	Defesa direitos
Julho de 2007	Segurança/Moradia
Agosto de 2007	Segurança
Setembro de 2007	Defesa direitos

Janeiro de 2008	Trabalho
Março de 2008	Segurança/Saúde
Maio de 2008	Moradia
Julho de 2008	Segurança
Agosto de 2008	Segurança/Defesa de direitos

Fonte: MONTEIRO, 2021.

7. Análise geral da pesquisa empírica

A análise das edições cujas reportagens de capa trouxeram questões relacionadas com o poder público, principalmente no âmbito da prefeitura de São Paulo, no que diz respeito às demandas das pessoas em situação de rua, desconsiderando edições que abordaram outros temas, no intervalo entre o ano 2000 e 2008, e comparando o conjunto das edições entre 2000 a julho de 2004, e de agosto de 2004 a dezembro de 2008 permitem primeiramente compreender as relações entre o poder público e a população em situação de rua da maior cidade do país e que, consequentemente, possui a maior quantidade de moradores em situação de rua vivendo nas suas praças, calçadas e viadutos, ou em qualquer lugar que possam ter abrigo.

O primeiro recorte temporal das capas das edições de 2000 a julho de 2004 com 27 edições pesquisadas permitiu notar que o jornal tinha uma preocupação em retratar a realidade dos moradores de rua, mesclando com informações de interesse desse público e algumas notícias correlatas. Desta forma, foi possível fazer uma síntese do viés das matérias do ponto de vista das matérias de capa e também aquelas chamadas que direcionam o leitor para matérias completas nas páginas seguintes de cada edição.

Essas relações são construídas a partir de uma percepção de que as instituições governamentais necessitam dar condições para que essas pessoas, primeiramente, possam sair das ruas e irem para os abrigos disponibilizados para esta finalidade e que são administrados por Organizações Sociais em parceria com a prefeitura. Aqui temos um primeiro problema, que não é retratado pelo O Trecheiro, mas que é de conhecimento de todos que conhecem essa realidade, que pode ser verificado em depoimentos de pessoas que deram depoimentos em edições do jornal sobre abusos de autoridade por educadores sociais que cuidam dos locais de pernoite: os albergues possuem um sistema em que o usuário do sistema possui um horário pré-determinado de entrada no abrigo (os horários podem variar entre 4 da tarde e 8 da noite, para pernoite, e a saída até o horário de 8 da manhã do dia seguinte, todos os dias.

E este é um dado que permite deduzir uma realidade difícil da população em situação de rua: acometidos de doenças psiquiátricas e da dependência química de álcool e substâncias ilícitas, muitos não conseguem se adaptar à rotina e aos horários dos albergues, preferindo dormir nas ruas, que em tese poderia significar vagas disponíveis no sistema; mas a quantidade de abrigos é sempre insuficiente para atender até mesmo à procura daqueles que se predispõem a seguir os horários dos albergues, buscando os veículos do CAPS estacionados em locais no centro da cidade.

O Trecheiro não apenas defendeu a ampliação das vagas nos albergues como militou na defesa de políticas públicas na criação de alternativas de moradia social, seja através de programas como o Bolsa Aluguel ou de encaminhamento para inclusão em projetos habitacionais de interesse social, como os que são empreendidos pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano), do governo do estado de São Paulo.

O segundo problema, que certamente teria melhores resultados a longo prazo tratam da reinserção dos moradores de rua no mercado de trabalho, através de cursos profissionalizantes e de programas de mobilização de mão de obra como a Operação Trabalho. O obstáculo se caracterizava quando as iniciativas acabam sendo meramente pontuais, uma vez que os contratos por lei são temporários (no máximo, chegam a nove meses), e ao término do período muitos dos trabalhadores que, sem ter outra ocupação ou encaminhamento para vagas de emprego definitivas acabavam por voltar para as ruas. Neste contexto, temos ainda a questão dos catadores de material reciclável. Este segmento social, em que a maioria dos trabalhadores moram nas ruas, estacionando suas carroças de recolhimento de material pelas ruas e se abrigando nos veículos que são sua ferramenta de trabalho, ou se estabelecendo debaixo de viadutos como forma de ter espaço para triagem e separação do material recolhido acabam sendo prejudicados por ações de limpeza da prefeitura, muitas vezes perdendo material recolhido de dias de trabalho antes de serem revendidos e assim, perdendo dinheiro.

Mas a grande questão que é devidamente analisada está relacionada com as mudanças no sentido da elaboração, promoção e efetividade do poder público nas iniciativas de resgate dos cidadãos em situação de rua, seja nas medidas de curto ou de longo prazo tendo como um “divisor de águas” o triste episódio do Massacre da Sé. A possibilidade das necessidades das pessoas que faziam das ruas o seu lar de serem vistas com outros olhos não apenas pelos governantes e gestores públicos, mas pela sociedade paulistana como um todo e

não apenas por poucas entidades assistenciais poderia ser algo que desse esperança para esse segmento social não apenas despossuído do ponto de vista material, mas também da dignidade.

Isto, no entanto, não ocorreu. Um reflexo deste contexto pode ser sutilmente observado da edição de agosto de 2004, até a edição de abril de 2009 (as edições de 2009 não estão incluídas evidentemente na pesquisa empírica, apenas como registro), quando uma tarja preta de luto esteve presente nas capas do jornal: era a lembrança das vítimas do Massacre da Sé. A análise das edições a partir da publicação de agosto de 2004 até agosto de 2008 (totalizando 28 edições) expõe uma espécie de efeito contrário sob aspectos importantes. O primeiro é a impunidade dos autores dos ataques das madrugadas dos dias 19 e 22 de agosto. Até o presente momento não se sabe a autoria dos criminosos que promoveram as agressões que resultaram em sete mortes. Também não se sabe a autoria dos assassinos que mataram uma testemunha do massacre em maio de 2005. Quanto às investigações dos autores da morte de Priscila Machado da Silva, conforme noticiou o portal Rede Brasil Atual há três anos, “Dos cinco policiais e um segurança acusados como os responsáveis pelas execuções, apenas dois foram presos, mas por terem sido condenados pela morte da única testemunha dos assassinatos na época, a moradora em situação de rua Priscila Machado.” (Rede Brasil Atual, 23/08/2018). Não por acaso, matérias cujo enquadramento está delimitado sob o tema segurança passaram a ter maior presença nas capas do jornal O Trecheiro, conforme o quadro a seguir, relacionando as edições pesquisadas entre 2004 e 2008:

Se a impunidade era, e ainda é, comum em casos de mortes violentas de pessoas em situação de rua em circunstâncias onde os suspeitos são agentes das forças de segurança (policiais militares, guardas civis e outros), os atos violentos de repressão também continuaram de forma constante e após o Massacre da Sé começaram a ser noticiados de forma mais incisiva. Uma dessas formas de violência sem dúvida é direcionada aos moradores de rua na ação de profissionais responsáveis pela limpeza urbana. Ao usar caminhões-pipa para a lavagem das ruas, alguns de forma proposital direcionam o jato de água na direção dos moradores de rua, muitos ainda deitados e dormindo, sendo surpreendidos e tendo seus pertences e cobertores molhados, inclusive nos meses de inverno, onde as temperaturas baixas podem provocar a morte de pessoas que estejam expostas ao vento frio da madrugada. Não o bastante, tornou-se comum as reclamações nas páginas do jornal, em outras matérias que não tiveram destaque na primeira página, de abusos de policiais e guardas civis contra moradores de rua, sendo o ato mais desumano o que foi noticiado dentro do período pesquisado, foi a ação da GCM no 3º Natal

Solidário em 2007, com a apreensão de cestas de Natal que seriam distribuídos para moradores de rua.

Outra forma de violência diz respeito ao tratamento dos órgãos do governo contra os catadores de materiais recicláveis, por mais de uma vez noticiados no jornal O Trecheiro, em ações de limpeza urbana debaixo dos viadutos da cidade, onde estes trabalhadores foram surpreendidos pelos funcionários da prefeitura que limpavam os locais de trabalho, e consequentemente recolhendo material que, revendido, seria o sustento destes trabalhadores. Sem contar o dano ambiental, uma vez que o destino destes materiais nem sempre é o mais adequado e muito volume de material acaba sendo descartado em locais irregulares.

Embora houvesse o compromisso da prefeitura de São Paulo através da Secretaria de Assistência Social (posteriormente Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social) em dar a assistência básica ao povo de rua, o déficit de vagas de albergue em relação à quantidade total de pessoas nas ruas, conforme dados da próprio município (responsável pelas estatísticas) sempre ocorreu. No período analisado, principalmente entre 2000 e 2004, a gestão da então prefeita Marta Suplicy (2001-2004) criou o Bolsa Aluguel, como forma de dar uma moradia adequada principalmente para famílias que viviam nas ruas, além do repasse de verbas para hotéis que cederam espaço para pessoas nesta condição, mas que gradativamente foi descontinuado por falta de verbas e da necessidade em planejar outros programas sociais deste tipo, obrigando famílias que perderam o auxílio a voltares para as ruas ou a morar em ocupações irregulares: favelas, cortiços e, para muitos, voltar a ocupar espaços debaixo de viadutos.

A interrupção de programas sociais voltados para pessoas em situação de rua também foi detectada no término do programa Operação Trabalho a partir de 2005. Desempregados, o destino de praticamente todos os beneficiados do programa foi por voltar a viver nas ruas ou a buscar vaga nos albergues da prefeitura, com raras exceções. A ausência de projetos sociais de longo prazo para absorção ou remanejamento da mão de obra dos trabalhadores cria situações de instabilidade financeira, o que impede que os cidadãos em condição de rua possam voltar a ter autonomia. Neste contexto pode-se acrescentar o preconceito e a discriminação às pessoas com este perfil, em alguns casos portadoras de deficiências físicas e/ou distúrbios psiquiátricos e que também são dependentes químicos.

Em um aspecto geral, sintetizando todas as questões abordadas na análise quali-quantitativa, este trabalho mostra que as políticas públicas voltadas para as pessoas em situação

de rua não tiveram avanços significativos no que se refere ao atendimento das necessidades mais essenciais para o resgate da dignidade destes cidadãos em situação de vulnerabilidade, com o agravante da escalada das ocorrências de agressões de diversas formas (físicas, morais, psicológicas) efetuadas por agentes públicos no período histórico da segunda parte da pesquisa empírica.

8. Considerações Finais

Verifica-se que muitas das questões pautadas pelo O Trecheiro se tornam cíclicas: em determinados períodos, os mesmos assuntos voltam ser abordados – moradia, trabalho, violência estatal, omissão e dificuldade no acesso de direitos básicos - o que é um indício de que o poder público (principalmente na esfera municipal, embora o estadual e o federal tenham responsabilidade neste processo) tem sido pouco efetivo no planejamento de políticas de longo prazo e coordenadas para combater este flagelo social, e as ações de curto prazo tem alcance limitado e são insuficientes para atender a todos.

É perceptível que a linha editorial do jornal sofreu mudanças a partir do Massacre da Sé. A primeira delas foi a regularidade dos editores do Trecheiro em se posicionar firmemente por justiça na identificação e punição dos culpados pelos crimes do Massacre da Sé, o que até o presente momento não ocorreu. A criação do Movimento Municipal da População em Situação de Rua (posteriormente, dos movimentos Estadual e Nacional) teve suas origens na necessidade das pessoas em situação e rua de se organizarem e mobilizarem para exigirem seus direitos de cidadão e, principalmente, de se articular para que os entes governamentais criem políticas públicas para a reinserção social dessas pessoas. Não por acaso, é exatamente neste período pós-Massacre da Sé que o Trecheiro passa a acompanhar de perto as iniciativas e ações do MNPR e de outras entidades compostas por pessoas em situação de rua (moradores de albergues e moradias coletivas, integrantes dos movimentos de famílias sem-teto e de ocupações urbanas, catadores de materiais recicláveis e outros) na luta pelos seus direitos.

Mas o que é preciso enfatizar é que as problemáticas da população de rua continuam as mesmas. Para agravar esse quadro, em 2020 o cálculo da prefeitura é que 24.344 pessoas se encontram em situação de rua na cidade de São Paulo, embora esses dados possam ser maiores devido à própria dificuldade em definir um número exato – há estimativas de que esse número atualmente ultrapasse 30 mil pessoas.

Se por um lado, as medidas de atendimento tem sido paliativas e apenas no sentido de oferecer vagas de pernoite em albergues e locais de distribuição de refeições, com constantes reclamações de falta de vagas por parte dos moradores de rua, por outro a falta de políticas públicas para reinserção destes cidadãos de forma produtiva na sociedade contribui de forma a perpetuar esta situação, que é agravada devido às diversas formas de segregação e rejeição social e à violência de agentes públicos de segurança em abordagens de rua, pautas que se tornaram constantes nas edições do jornal O Trecheiro mesmo depois do Massacre da Sé e da visibilidade que a questão do morador de rua passou a fazer parte das discussões midiáticas em outros meios com maior frequência. As capas – e o conteúdo das matérias com chamadas de primeira página – mostram que absolutamente nada mudou antes e depois do Massacre da Sé.

Por fim, as manchetes, matérias e chamadas de reportagens das capas do jornal O Trecheiro expuseram algo em comum antes e depois do Massacre da Sé: as mais variadas formas de violência sempre existiram, tanto no período de 2000 a 2008 quanto antes e depois. O ponto que deve ser colocado aqui é que o jornal passou a assumir uma postura mais combativa neste sentido, não apenas pautando o massacre de 2004 de forma constante – e a impunidade dos criminosos – mas também dando ênfase aos acontecimentos que envolviam agressões a moradores de rua, principalmente quando promovidos por agentes públicos de segurança.

Em resumo, em vários aspectos sob a ótica da assistência social; que são também os conceitos utilizados como variáveis da pesquisa empírica, pode-se concluir que a situação das pessoas em situação de rua permaneceu a mesma, agora com o agravante da insegurança e do medo: após o Massacre da Sé e a impunidade dos autores do ataque, através da leitura das reportagens de capa do jornal O Trecheiro, sobreviver nas ruas da capital paulista passaria representar risco de vida, com a possibilidade de um cidadão ser atacado e morto a qualquer hora da noite, bastando estar dormindo e ser surpreendido durante o sono.

A pesquisa das edições do jornal O Trecheiro permitiu realizar uma observação não apenas sob a percepção jornalística de uma publicação voltada para moradores de rua da maior cidade do país, que reflete os contrastes socioeconômicos do país. A observação e análise do discurso, da forma como os fatos eram publicados e principalmente, quantas e quais ações do poder público estavam sendo feitas em favor desse segmento social brutalmente marginalizado e esquecido da sociedade não apenas paulistana, mas brasileira como um todo, dado que os processos de crises econômicas que geram desemprego colocam cada vez mais pessoas nessa

condição de miséria, permitiu concluir a importância da existência e principalmente da continuidade de produções midiáticas como o jornal O Trecheiro.

A leitura das edições do jornal na primeira década deste século permite extrair informações importantes sobre as desigualdades sociais que ocorrem nas grandes metrópoles dos países em desenvolvimento, onde a distribuição desigual da renda e das oportunidades profissionais associadas com a baixa escolarização combinam-se com as rupturas afetivas e familiares, doenças psiquiátricas e a dependência química, resultando na condição de rua que na maioria dos casos acabam sendo o destino de um número cada vez maior de pessoas.

Embora o Trecheiro tenha sido um jornal concebido para ser distribuído gratuitamente ao público, com distribuição prioritária em albergues da prefeitura e em espaços públicos de prestação de serviços à população de rua, sem fins lucrativos, portanto, a concepção de *street-papers* e publicações que retratam a difícil realidade de cidadãos em situação de desamparo social começou gradativamente a ganhar espaço neste século, chamando a atenção da sociedade brasileira para a questão. Exemplos disso são as revistas Ocas (São Paulo) e Traços (Brasília), os jornais Boca de Rua (Porto Alegre) e Aurora da Rua (Salvador), sendo o jornal O Trecheiro uma referência para outras cidades.

E a existência deste tipo de publicações e a relevância que possuem no ambiente comunicacional de uma sociedade livre mostram a importância em dar vez e voz para aqueles que estão em situação de vulnerabilidade social, primeiramente na sua busca pela sobrevivência diária e ao mesmo tempo pela urgência no atendimento de suas necessidades básicas, garantindo seus direitos plenos como cidadãos.

Referências Bibliográficas:

Acervo Digital. **Rede Rua**. [S.I] [2021] Disponível em: https://rederua.org.br/o-trecheiro-acervo/. Acessado em 03/05/2021.

ACOSTA, María del Pilar Tobar; RESENDE, Viviane de Melo. Discurso e protagonismo: população em situação de rua na produção discursiva de O Trecheiro. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 17, n. 4, p. 691-714, 2017.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Ética no Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2008.

Com responsáveis ainda impunes, Massacre da Sé completa 14 anos **Rede Brasil Atual** Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2018/08/com-responsaveis-impunes-massacre-da-se-completa-14-anos/ . Acessado em 30/04/2021.

CUNHA, Karenine Miracelly Rocha da. SOBRE AS CAPAS: NOTÍCIAS E PRODUTOS À VENDA NA PRIMEIRA PÁGINA. In. **Comunicação e jornalismo: conceitos e tendências 3** Org. Vanessa Cristina de Abreu Torres Hrenechen. – Ponta Grossa, Atena Editora, 2019.

DE ABREU, Alzira Alves. Jornalismo cidadão**. Revista Estudos Históricos**, v. 1, n. 31, p. 25-40, 2003.

DORNELLES, Beatriz. **Jornalismo Solidário.** Porto Alegre: GCI, 2006.

HADDAD, Júlio César Mansur. ***Street papers*: comunicação e inclusão social**. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, p. 145. 2007.

História. **Rede Rua**. [S.I] [2018] Disponível em: https://rederuasp.wordpress.com/historia/ . Acessado em 29/04/2021.

IJUIM, Jorge Kanehide. A responsabilidade social do jornalista e o pensamento de Paulo Freire. **Em questão**, v. 15, n. 2, p. 31-43, 2009.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica: A prática de fichamentos, resumos, resenhas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

MELO, José Marques de. **Teoria do Jornalismo – identidades brasileiras**. São Paulo, Paulus, 2006.

OLIVEIRA, Dennis de. Breves reflexões sobre jornalismo alternativo. **Revista Alterjor**, *20*(2), 02-04. Recuperado de https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/159938, 2019.

OLIVEIRA, Dennis de. **Jornalismo e Emancipação: uma prática jornalística baseada em Paulo Freire**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2017.

OTRE, Maria Alice Campagnoli. **A pesquisa acadêmica sobre comunicação popular, alternativa e comunitária no Brasil: análise de dissertações e teses produzidas em Programas de Pós-Graduação em Comunicação entre 1972-2012.** Tese (doutorado em Comunicação Social). Faculdade de Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, p. 263. 2015.

PEREIRA, Adriana Soares et al. **Metodologia da pesquisa científica.** Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15824/Lic_Computacao_Metodologia-Pesquisa-Cientifica.pdf?sequence=1>. Acesso em 30/04/2021.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo.** São Paulo, Contexto, 2005.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor. **XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Brasília-DF, INTERCOM/UnB**, 6 a 9 de setembro de 2006. ECO-Pós, v.12, n.2, maio-agosto 2009, p.46-61.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 17, p. 131-146, jun. 2009.

ROZENDO, Suzana da Silva. *Sapatos nos Pés, Street Papers nas Mãos: um caminho para mudança*. In. **Revista Alterjor**, v. 2, n. 4, 2012.

ROZENDO, Suzana da Silva. *Street Papers, que tipo de jornalismo é esse?* In: **INTERCOM. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul.** 2011.

SANTOS, Gersiney Pablo. **O Jornal Aurora da Rua e o protagonismo na situação de rua: Um estudo discursivo crítico.** Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade de Brasília, Brasília, p. 203. 2013.

SÃO PAULO. Relatório Completo do Censo da População Em Situação de Rua Na Cidade de São Paulo. 2015. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/00-publicacao_de_editais/0001.pdf> Acesso em 30/04/2021.

SEQUEIRA, Cleofe; BICUDO, Francisco. Jornalismo comunitário: conceitos, importância e desafios contemporâneos. In: **INTERCOM. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Santos, SP**. 2007.

SILVA, Tiago Lemões da. **A rua como espaço de interação social: um estudo antropológico das relações entre população em situação de rua e grupos caritativos.** Antropolítica Revista Contemporânea de Antropologia, n. 29. 2010.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo de *et al*. O Direito Humano à Comunicação e à Informação: em busca do tempo perdido. In: **Introdução crítica ao direito à comunicação e à informação/** organizadores, José Geraldo de Sousa Junior... [et al.] –Brasília: FAC-UnB, 2016.

TARGINO, Maria das Graças. **Jornalismo cidadão: informa ou deforma?** Maria das Graças Targino – Brasília: Ibict: UNESCO, 2009. Disponível em: <https://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/792/1/Jornalismo%20cidad%C3%A3o.pdf>. Acesso em 29/04/2021.

TAVARES, Elaine. **Jornalismo nas margens: uma reflexão sobre comunicação em comunidades empobrecidas.** – Florianópolis: Companhia dos Loucos, 2004. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/134561/merged.pdf?sequence=1 . Acesso em 30/04/2021.